

Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição. A contribuição de que trata este artigo não excederá a um por cento, facultado ao Poder Executivo reduzi-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamentos e serviços de saúde. A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 15 de agosto de 1990.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação

Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes

Texto promulgado em 5/10/1988

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

[...]

1 – Sugestões localizadas¹

SUGESTÃO:00743 DT REC:09/04/87

Autor:

NIVALDO MACHADO (PFL/PE)

Texto:

SUGERE NORMAS QUE DISPONHAM SOBRE O DIREITO DOS TRABALHADORES À ISONOMIA SALARIAL; QUE REGULAMENTEM A DURAÇÃO E PAGAMENTO DA JORNADA DE TRABALHO NORMAL, DIÁRIA E SEMANAL, E HORAS-EXTRAS; QUE REGULAMENTEM O TRABALHO NOTURNO, O TRABALHO EM LOCAIS INSALUBRES-E TRABALHO DE QUALQUER NATUREZA PARA MULHERES, MENORES DE DEZOITO ANOS E MENORES DE QUATORZE ANOS; QUE PROIBAM A DISCRIMINAÇÃO DE NATUREZA SOCIAL, ECONÔMICA, MORAL, CULTURAL E IDEOLÓGICA PARA EFEITO DE ADMISSÃO, PROMOÇÃO E DISPENSA.

SUGESTÃO:01033 DT REC:15/04/87

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

¹ O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal

Texto:

SUGERE NORMAS QUE ASSEGUREM OS DIREITOS DOS TRABALHADORES, DEFININDO O SALÁRIO MÍNIMO, ESTABELECENDO O SALÁRIO MÁXIMO, A OBRIGATORIEDADE DO PAGAMENTO EM DOBRO DAS HORAS EXTRAS, A GARANTIA DO SEGURO DESEMPREGO E O DIREITO DE GREVE.

SUGESTÃO:01346 DT REC:06/05/87

Autor:

JOSÉ CAMARGO (PFL/SP)

Texto:

SUGERE SEJA ASSEGURADA AO TRABALHADOR REMUNERAÇÃO DOBRADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS E EM CASOS DE FORÇA MAIOR.

SUGESTÃO:01395 DT REC:06/05/87

Autor:

COSTA FERREIRA (PFL/MA)

Texto:

SUGERE NORMAS SOBRE A JORNADA DE TRABALHO, ADICIONAL NOTURNO, HORAS EXTRAS, FÉRIAS, ESTABILIDADE, PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E APOSENTADORIA DO TRABALHADOR E DO SERVIDOR PÚBLICO.

2 – Audiências públicas

Não foram localizadas audiências públicas específicas sobre o tema. A relação de reuniões e audiências públicas realizadas pela Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos está disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao7/subcomissao7a

3 – Subcomissões temáticas

SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS – VIIA

FASE A – Anteprojeto do relator	<p>Art. 2º - A Constituição assegura aos trabalhadores e aos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, independente de lei, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:</p> <p>[...]</p> <p>IX - remuneração em dobro nos serviços emergenciais ou nos casos de força maior;</p> <p>[...]</p>
FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	<p>Total de emendas localizadas: 2.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase B, ao final deste documento).</p>
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	<p>Art. 2º - São assegurados aos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos e aos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, e a todos os demais, independentemente de lei, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:</p> <p>[...]</p> <p>IX - remuneração em dobro nos serviços emergenciais ou nos casos de força</p>

	<p>maior; [...]</p> <p>Consulte na 24ª Reunião (22/05/1987) da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos a votação da redação final do Anteprojeto da Subcomissão.</p> <p>Publicação: DANC, 25/07/1987, suplemento 104, a partir da p. 174, disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao7/subcomissao7a</p>
--	---

4 – Comissões temáticas

COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL – VII

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	<p>Total de emendas localizadas: 5. (consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase E, ao final deste documento).</p>
FASE F – Substitutivo do relator	<p>Art. 2º- São assegurados aos trabalhadores urbanos, rurais e aos servidores públicos, federais, estaduais e municipais, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social. [...]</p> <p>XVI - proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou força maior, com remuneração em dobro; [...]</p>
FASE G – Emenda ao substitutivo	<p>Total de emendas localizadas: 8. (consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase G, ao final deste documento).</p>
FASE H – Anteprojeto da comissão	<p>Art. 2º- São assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, e aos servidores públicos, federais, estaduais, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]</p> <p>XVII - proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou de força maior, com remuneração em dobro; [...]</p> <p>Consulte na 9ª Reunião (12/06/1987) da Comissão da Ordem Social a votação da redação final do Substitutivo do Relator.</p> <p>Publicação: DANC, 05/08/1987, suplemento 115, a partir da p. 120, disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao7/comissao7</p>

5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	Art. 14 - São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVII - proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou de força maior, com remuneração em dobro; [...]
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	Total de emendas localizadas: 12. (consulte a íntegra das emendas no Anexo das Fases J e K, ao final deste documento).
FASE L – Projeto de Constituição	Art. 13 - São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVII - proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou de força maior, com remuneração em dobro; [...]
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	Total de emendas localizadas: 41. (consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase M, ao final deste documento).
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	Art. 7º - Além de outros, são direitos dos trabalhadores: [...] XIV - serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme convenção; [...]
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Total de emendas localizadas: 28. (consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase O, ao final deste documento).
FASE P – Segundo substitutivo do relator	Art. 6º - Além de outros, são direitos dos trabalhadores: [...] XIV - serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme convenção; [...] Discussão e votação de destaque(s) apresentado(s) - nº 3507/87 (supressivo); - nº 137/87, referente à emenda 34358; - nº 3868/87, referente à emenda 25793; - nº 4283/87, referente à emenda 34358; - nº 4378/87, referente à emenda 33745; Publicação Diário da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento C), de 27/01/1988 , a partir da p. 1234.

6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou FASE R Ato das Disposições Transitórias	Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XV - remuneração em dobro do serviço extraordinário; [...]
FASE S – Emendas de Plenário (2P)	Total de emendas localizadas: 6. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.) Emenda Substitutiva do Centrão ² nº 02038, art. 8º, XV. Requerimento de fusão de emendas e destaques. A fusão foi aprovada. Publicação Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 26/02/1988 , a partir da p. 7652.
FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)	Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; [...]
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	Total de emendas localizadas: 5. (consulte a íntegra das emendas no Anexo da Fase U, ao final deste documento).
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	Art. 6º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; [...]

7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	Não foram localizadas emendas.
FASE X – Projeto D – redação final	Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...] XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; [...]

² Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

EMENDAS APRESENTADAS POR FASE³

FASE B

EMENDA:00138 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

Texto:

Nos termos regimentais proponho ao art. 1o. inciso I, art. 2o. incisos XIII e VII.

"O Estado assegurará que não haja homem ou mulher em condições de trabalhar que não obtenha emprego que lhe permita satisfazer as necessidades materiais, contribuir para o progresso da sociedade e buscar sua realização pessoal."

"O trabalhador só poderá ser despedido por justa causa, nos termos previstos na lei, com direito a indenização e fundo de garantia equivalente."

"No estabelecimento e atualização do salário mínimo nacional o Estado levará em conta as necessidades básicas de uma família para sua alimentação, habitação, saúde, educação, vestuário, lazer e transporte ao trabalho, estabelecendo-se na lei a responsabilidade civil de ministro e funcionários públicos que por seus atos ou omissões contribuíram para o seu rebaixamento relativo. A diferença entre o salário mínimo e o maior salário empregado, funcionário civil ou militar exercente de cargo ou função pública não poderá exceder 30 vezes. Progressivamente se buscará reduzir a diferença."

"Não haverá pessoa incapacitada para o trabalho que não tenha meios dignos de subsistência. O Estado garantirá aos deficientes, parcialmente incapacitados, emprego adequado às suas condições físicas e eventuais."

"Não haverá trabalho sem condições dignas de higiene e segurança."

"A lei garantirá ao trabalhador involuntária e temporariamente desempregado a assistência material necessária a sua subsistência e ao seu retorno à atividade produtiva."

"Não haverá distinção de salários e de critérios de administração por motivos de sexo, raça, estado civil e deficiência física."

"A lei garantirá proteção especial à mulher durante e após o seu período de gravidez bem como

³ As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente

regulará a implantação e manutenção de creches para atenção à infância nos locais de trabalho e moradia."

"Não haverá período de trabalho superior a 8 horas diárias, com intervalo para repouso mínimo de 1 hora, salvo nos casos especialmente previstos em lei. O trabalho em período excedente às 8 horas diárias será remunerado em dobro, e em nenhum caso poderá exceder a 2 horas."

"O repouso semanal e os feriados civis serão remunerados de igual forma às horas trabalhadas e o primeiro não poderá ser aproveitado com período de trabalho excedente."

"Todo trabalhador tem direito a 30 dias anuais de férias remuneradas e ao descanso e lazer em instituições apropriadas na forma prevista na lei."

Justificativa

É sabido que, num País desenvolvido e socialmente equilibrado as diferenças sociais quase não existem.

Uma das principais providências foi reduzir as distancias salariais. Em muitos destes países o maior salário não excede, em nenhuma hipótese, doze vezes o menor salário.

Entre nós devemos introduzir essa prática de eficaz resultado e elevada justiça, mesmo que progressivamente.

Cabe ao estado assegurar o direito ao trabalho, como também assegurar ao trabalhador, temporariamente e involuntariamente, desempregado o seguro desemprego para alcançar assistência material, de forma que a lei estabelecer.

Não cabe mais distinção de ganhos e de critérios de admissão causada por sexo, estado civil e deficiência física.

Devemos incorporar à vida do trabalhador brasileiro direitos, hoje, mundialmente consagrados.

Parecer:

A presente emenda apresenta várias propostas sem explicitar o dispositivo do anteprojeto a que se referem.

Pleno emprego e estabilidade estão contemplados no anteprojeto, bem como salário mínimo.

Diferença do menor para o maior salário, sustenta-se o anteprojeto, que reflete posicionamento da classe trabalhadora.

Fonte de renda que possibilita vida digna, incluindo os incapacitados e proibição de discriminação contra o deficiente físico, também está previsto no anteprojeto.

Higiene e segurança e seguro-desemprego, proibição de discriminação por qualquer razão, licença-maternidade e creches, jornada de trabalho, hora extra, repouso semanal e férias anuais remuneradas são temas já constantes do anteprojeto.

As matérias não previstas no anteprojeto são: responsabilidade civil dos ministros e funcionários por rebaixamento relativo do valor do salário mínimo e descanso e lazer em instituições apropriadas.

Ambas poderão ser aproveitadas.

Opinamos pela aprovação parcial.

EMENDA:00259 REJEITADA

Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

JOSÉ COSTA (PMDB/AL)

Texto:

O artigo 2o do anteprojeto passar a ter a seguinte redação:

"Art. 2o. É garantido ao trabalhador, além de outros direitos reconhecidos em seu prol em convenções internacionais das quais o Brasil seja signatário ou pela legislação ordinária, os seguintes:

I - salário-mínimo capaz de satisfazer,

consideradas as peculiaridades de cada região, suas necessidades básicas e bem assim as de sua família no que concerne à alimentação, educação, habitação, vestuário e transporte;

II - salário-família aos seus dependentes;

III - salário uniforme quando houver igualdade de trabalho, independentemente de sexo, idade, nacionalidade, cor ou estado civil;

IV - salário de trabalho noturno superior o diurno;

V - direito a um décimo-terceiro salário, em cada ano, em conformidade com o que for estabelecido em lei;

vi - participação nos lucros das empresas urbanas e rurais, de acordo com os critérios estabelecidos em lei;

VII - jornada normal diária de trabalho não excedente a oito horas, com intervalo para descanso e alimentação; semanal, não superior a quarenta horas; e cento e setenta e seis horas no período de trinta dias, assegurado o pagamento de horas extra até o máximo de duas horas por dia e oito horas por semana, calculadas sobre o dobro da remuneração das horas normais;

IX - repouso semanal e nos feriados civis e religiosos com remuneração;

X - Férias anuais remuneradas;

XI - proibição de trabalho em indústrias insalubres, penosas ou perigosas a mulheres e menores de dezoito anos e, nos demais casos, mediante convenção ou acordo coletivo; de trabalho noturno a menores de dezoito anos; e, de qualquer natureza, a menores de quatorze anos;

XII - estabilidade para a gestante até seis meses após o parto ou a interrupção comprovada da gravidez e licença remunerada no período fixado por lei, sem prejuízo da contagem de tempo de serviço;

XIII - participação mínima de pelo menos dois terço de brasileiros no quadro de pessoa de qualquer empresa, exceto nas de cunho estritamente familiar;

XIV - estabilidade no emprego a partir do quarto mês de trabalho, com garantia de indenização do trabalho estável nos casos de incompatibilidade comprovada, em conformidade com a lei;

XV - reconhecimento das convenções coletivas entre sindicatos de empregados e empregadores, não podendo a lei cercar a livre negociação das condições de trabalho;

XVI - garantia de não-discriminação entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os profissionais respectivos no que respeita a direitos;

XVII - aposentadoria com remuneração igual à da atividade, garantida a correção plena dos proventos em decorrência da desvalorização da moeda; a) aos trinta anos de trabalho; b) aos vinte e cinco anos, quando o trabalho for considerado penoso, insalubre ou perigoso;

XVIII - A Previdência Social garantirá a aposentadoria dos trabalhadores os cobrirá contra

os riscos de morte, invalidez, acidentes e assistência médico-hospitalar."

Justificativa

A emenda procura explicitar os direitos a garantias fundamentais do trabalhador em norma auto-executáveis.

Parecer:

A emenda apresenta alterações a 18 incisos do artigo 2o do anteprojeto além do próprio caput. Entendemos haver infringência do artigo 23 § 2o.do Regimento da ANC, razão pela qual opinamos pela sua rejeição.

FASE E

EMENDA:00281 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

GILSON MACHADO (PFL/PE)

Texto:

Suprima-se o inciso IX, do Artigo 2o, do Anteprojeto da Subcomissão - III - A - dos Direitos dos Trabalhadores e Funcionários Públicos.

Justificativa

Matéria que escapa ao âmbito constitucional, podendo receber tratamento na legislação ordinária ou, com solução melhor, nas convenções coletivas, através de estipulação das partes. Também não esclarece se os serviços referidos no dispositivo com "emergências" ou "nos casos de força maior" seriam prestados dentro da própria jornada de trabalho ou de forma suplementar. Finalmente, não prevê a compensação das horas trabalhadas a mais em um dia, pela folga correspondente em outra ocasião, mecanismo de interesse do trabalhador e do próprio sistema de proteção trabalhista.

Parecer:

Aprovada. Acolhemos a supressão proposta no disposto no inciso IX, do art. 2o., podendo seu conteúdo ser tratado na legislação ordinária ou nas convenções coletivas. Não condiz com a pretensão constante do Anteprojeto.

EMENDA:00424 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

SADIE HAUACHE (PFL/AM)

Texto:

Emenda Supressiva/Aditiva ao inciso IX do Art. 2o. - Dos Direitos do Trabalhador, na seguinte forma:
SUPRIMIR a expressão
"ou nos casos de força maior"
-CRESCENTAR após o termo "emergenciais"
" a seguinte redação:
"...e indispensáveis, requisitados após a
"...e indispensáveis, requisitos após
jornada normal de trabalho".

Justificativa

A Supressão da expressão “força maior” decorre do reconhecimento pelo direito brasileiro, do fato com excludente de responsabilidade, onde, as partes não contribuem para sua efetivação.

Acolhemos ainda, a tese do eminente Relator que cuida da participação do trabalhador nos lucros da empresa e em sua gestão, entendendo possibilitar ao empregado uma maior integração. Assim, não há que se transferir ao empregador o ônus e a responsabilidade exclusiva dos fatos ocorridos e que independem de sua vontade.

Por outro lado, acrescentamos o termo indispensáveis, estendendo o direito à remuneração em dobro às situações que impliquem em mais produção.

Parecer:

Rejeitada. Parece-nos, salvo engano, que diante de uma emergência, torna-se indispensável a realização do serviço. A "contrario sensu", não haveria a emergência e o trabalho poderia ser realizado no dia seguinte. A força maior reflete situações que independem da vontade do empregador. O trabalho deve ser executado não porque ele queira, mas por estar compelido, contra sua vontade, a fazê-lo. Por último, se se trata de serviço extraordinário, claro está que só poderá ocorrer fora da jornada normal.

EMENDA:00581 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

CUNHA BUENO (PDS/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso IX, do Artigo 2o., do Anteprojeto Final da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos "IX - acréscimo na remuneração das horas de trabalho suplementar, conforme for estabelecido em lei;"

Justificativa

O Trabalho suplementar é, em muitos casos, fundamental para a sobrevivência do empreendimento e a manutenção da oferta de emprego.

Observe-se, a proposito, que em muitos casos, decorrendo de acordos e convenções coletivas, as horas extraordinárias vêm sendo pagas com percentuais superiores ao estabelecido na própria Consolidação das Leis de Trabalho.

Parecer:

REJEITADA. A doutrina, a medicina do trabalho, as convenções e acordos coletivos homologados na Justiça do Trabalho e a própria jurisprudência trabalhista, tem consagrado a tendência à restrição do serviço extraordinário. Não se trata de pagar mais pelas horas-extras, mas sim, de evitá-las pelo que de nocivo representam para o trabalhador e até para a oferta de emprego. Cada 8 horas extraordinárias significa menos um dia de oferta de trabalho para o desempregado. Por isso, a Comissão, ouvidas as entidades representativas dos trabalhadores, optou para proibir o serviço extraordinário, ressalvados, apenas, os casos de emergência ou força maior, quando a hora de trabalho será remunerada em dobro.

EMENDA:01006 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

Artigo 2o. - Inciso IX: Suprimir todo o inciso.

Justificativa

Sem ser norma constitucional as horas extraordinárias, vem sendo pagas com percentuais superiores as horas normais, em decorrência de acordos e convenções regionais (valores superiores ao estabelecido na própria CLT).

Parecer:

Rejeitada. A hora-extra só se justifica em casos absolutamente emergenciais e por motivo de força maior. Fora disso deve ser proibida. Aparentemente vantajosa para o trabalhador, pois lhe aumenta os ganhos, na verdade concorre para o seu desgaste físico e mental prematuro além de concorrer, decisivamente, para a discriminação da oferta de emprego. Os elevados valores que a Justiça do Trabalho tem contemplado para o serviço extraordinário não visam, assim, a aumentar o salário mas a desestimular essa prática nociva à saúde do trabalhador.

EMENDA:01100 REJEITADA

Fase:

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

LUÍS EDUARDO (PFL/BA)

Texto:

O inciso IX do art. 2o., deverá ser suprido.

Justificativa

O trabalho nos serviços emergenciais, ou nos casos de força maior de competência da legislação ordinária, que assim poderá determinar as condições desses trabalhos, e os valores diferenciados de remuneração, de acordo com o tipo de atividade ou necessidade.

A Constituição, segundo nosso entender, não deve chegar a esses fins de decisão.

Parecer:

Rejeitada. Reportamo-nos ao parecer oferecido à Emenda no. 701140-7.

FASE G

EMENDA:00126 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda ao Parecer do Relator:

Dê-se nova redação ao inciso XVI, do artigo 2o:

"XVI - a remuneração de serviços extraordinários será dobrada e deverá atender ao caráter de excepcionalidade."

Justificativa

É necessário fixar o caráter de excepcionalidade dos serviços extraordinários e seu pagamento em dobro.

Parecer:

Rejeitada.

A fixação do caráter de excepcionalidade dos serviços extraordinários e o seu pagamento em dobro já está explícito no texto do anteprojeto. Assim sendo, não se justifica a mudança proposta.

EMENDA:00171 NÃO INFORMADO

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

FRANCISCO CARNEIRO (PMDB/DF)

Texto:

Emenda Substitutiva
Art. 2o. XVI - Proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de justificada necessidade de força maior, com remuneração em dobro.

Justificativa

A substituição do termo “casos de emergência” pelo termo “casos de justificativa necessidade”, visa proporcionar condições de entendimento entre Empregador e empregados no sentido de concluir ou executar serviços inadiáveis, muitas vezes em finais de expedientes ou de conclusão de serviços e produtos compromissados para datas improrrogáveis.

EMENDA:00743 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

Suprima-se o inciso XVI, do art. 2o. do Substitutivo da Comissão da Ordem Social.

Justificativa

Considerando que pela nova Constituição – se aprovados todos os direitos dos trabalhadores, eles passarão a ter 13º salário, Fundo de Garantia, seguro desemprego e participação nos lucros das empresas, entendemos que as férias de trinta dias, com pagamento integral, já atende suficientemente os fins sociais, sem sobrecarga para os custos operacionais das empresas. Há que se considerar os custos finais dos serviços e produtos para que não se tornem incompetitivos, o que inviabilizaria as empresas e consequentemente o emprego.

Parecer:

Rejeitada.

A proibição de serviços extraordinários é decorrência da fixação de jornada de trabalho diária máxima no texto constitucional.

O inciso XVI, objeto da emenda, ressalva unicamente os casos de emergência ou força maior. Somos de opinião que todos os demais casos em que se faça necessário trabalho adicional devem ser atendidos mediante contratação de novos trabalhadores. Justificar-se-á a permissão de serviço extraordinário em situação de escassez de mão de obra e excesso de posto de trabalho. Evidentemente, não é nosso caso.

EMENDA:00768 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

GERALDO ALCKMIN FILHO (PMDB/SP)

Texto:

Dar ao art. 2o, inciso XV a seguinte redação:
XVI - limitação de serviço extraordinário a seis horas semanais, com remuneração acrescida.
XV - limitação de serviço extraordinário a seis horas semanais, com remuneração acrescida.

Justificativa

Há interesse de ambas as partes no cumprimento de horas extras. Não se deve impedir, excetuando forma na emergência, pois é fácil justificar-se com base nas exceções.

Deve-se limitar o número de horas extras semanais e garantir mais remuneração, que não seja, contudo fixa.

Parecer:

Rejeitada.

A emenda objetiva limitar em 6 horas semanais o tempo de serviço extraordinário. A intensão do Substitutivo foi a de vedar a prática desses serviços salvo casos de emergência ou força maior.

EMENDA:00820 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

Texto:

Suprima-se o inciso XVI do artigo 2º do Substitutivo do Relator dessa Comissão.

Justificativa

Não há porque proibir-se a prestação extraordinária de serviços, em especial quando os contratantes desejam a prorrogação dessa mesma jornada. A prorrogação da jornada, por vezes, é imperativo da própria prestação, como por exemplo, o trabalho de vigilância noturna, onde é impossível o revezamento, e a execução de trabalhos que não podem sofrer solução de continuidade sob pena de comprometimento e inutilização do trabalho já realizado.

Parecer:

Rejeitada.

A proibição do serviço extraordinário é consequência da fixação da jornada máxima de trabalho diário na Constituição.

São excepcionados unicamente os casos de emergência ou força maior. Consideramos que o acréscimo de demanda, mesmo temporário, deve ser suprido mediante contratação de novos trabalhadores.

EMENDA:00869 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Dê-se ao item XVI do art. 2º a seguinte redação:

"Renumeração das horas suplementares em valores superiores à da hora normal."

Justificativa

O texto que se pretende substituir proíbe o trabalho em horas suplementares, salvo casos de emergência ou de força maior.

Força maior é o acontecimento que a pessoa, por seus esforços, não pode evitar.

Não se pode proibir o trabalho extraordinário que, muitas vezes, torna-se imprescindível ao bom desempenho das atividades empresariais.

Deve-se, na realidade, proibir o abuso da utilização dessa forma de trabalho, o que pode ser conseguido através de fixação de percentuais elevados do respectivo adicional, mediante Lei ordinária ou de negociação coletiva de trabalho.

Parecer:

Rejeitada.

Parecer idêntico ao da emenda no. 7s0743-7.

EMENDA:01381 NÃO INFORMADO

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT/RJ)

Texto:

O INCISO XVI ART. 2º PASSA À SEGUINTE REDAÇÃO:

"XVI - Proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou força maior, com remuneração em dobro, de forma a que o trabalho total no período de 30 (trinta) dias não ultrapasse a 176 (cento e setenta e seis) horas.

Justificativa

O respeito ao conceito de limite, segundo a OIT – Organização Internacional do Trabalho, é indispensável, daí ser necessário fixar-se o limite improrrogável de 176 horas no período de trinta dias, compatibilizando-o o tempo de quarenta horas semanais.

EMENDA:01422 REJEITADA

Fase:

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

Comissão:

7 - Comissão da Ordem Social

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

Suprima-se o inciso XVI do art. 2º do substitutivo:

Justificativa

O serviço extraordinário pode ser necessário não apenas para casos de emergência ou força maior, mas também para um acréscimo temporário de demanda. Suprimir essa possibilidade significa privar a população de bens, com prejuízos para o País.

A forma e condições de pagamento deve ser objeto de legislação ordinária e/ou Negociação Coletiva.

Parecer:

Rejeitada.

A proibição do serviço extraordinário é consequência da fixação da jornada máxima de trabalho diário na Constituição.

São excepcionados unicamente os casos de emergência ou força maior. Consideramos que o acréscimo de demanda, mesmo temporário, deve ser suprido mediante contratação de novos trabalhadores.

FASES J e K

EMENDA:00770 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Substitua-se o item XVII, do art. 14 relativo ao serviço extraordinário, pelo seguinte:

XVII - Proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência e força maior.

Justificativa

O acréscimo de remuneração da hora extraordinária é matéria própria da legislação ordinária ou, quando não, de negociação entre as partes. Não deve, portanto, ser estratificada como primitivo constitucional.

EMENDA:00910 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Emenda modificativa do inciso XVII do art. 14

Art. 14 -

I -

II a XVI -

XVII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquela do horário norma e nos casos de emergência ou de força maior;

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativos e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando bem lhe aprouver, desde que receba correta remuneração e respeito pela manifestação de vontade?

EMENDA:01402 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

Emenda Modificativa do inciso XVII do art. 14

Art. 14 -

I -

II a XVI -

XVII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquela do horário normal e nos casos de emergência ou de força maior;

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativos e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando bem lhe aprouver, desde que receba correta remuneração e respeito pela manifestação de vontade?

EMENDA:01558 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

Emenda modificativa.

Dispositivo emendado: artigo 14, inciso XVII.

O item XVII do Anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 14 -

XVII - Proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou de força maior, na forma que a lei regulamentar.

Justificativa

A dinâmica da relação de trabalho não é compatível com uma rigidez na regulamentação da prorrogação da jornada de trabalho. Deve ficar, portanto, para o âmbito da legislação ordinária.

EMENDA:01851 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS EDUARDO (PFL/BA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: Artigo 14, Inciso XVII

Dar ao inciso XVII do Artigo 14, do Anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"XVII - O trabalho extraordinário é permitido, nas condições que a lei fixar."

Justificativa

Estamos entre aqueles que condenam o trabalho além das horas normais como condição habitual de prestação de serviços.

Tal trabalho deve ser permitido, apenas, em casos especiais.

Falar-se, na Constituição, que a remuneração das horas suplementares deve ser em dobro é impedir que o legislador, no futuro, possa estatuir remuneração em bases superiores.

Esta a razão por que entendemos que a matéria, no plano constitucional, precisa ter disciplinamento flexível, deixando espaço para o legislador ordinário decidir de forma mais compatível com as exigências de cada momento social ou econômico.

EMENDA:02492 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO VANDERLINDE (PMDB/SC)

Texto:

Emenda modificativa do inciso XVII do art. 14.

Art. 14.

I -

XVIII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquela do horário normal e nos casos de emergência ou de força maior;

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativas e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

EMENDA:03155 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MENDONÇA DE MORAIS (PMDB/MG)

Texto:

Art. 14 -

I -

II a XVI -

XVII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquela do horário normal e nos casos de emergência ou de força maior;

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativos e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando bem lhe aprouver, desde que receba correta remuneração e respeito pela manifestação de vontade?

EMENDA:04410 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

Texto:

Emenda supressiva

Dispositivo emendado: Art. 14, inciso XVII.

Suprima-se o inciso XVII do art. 14 do

Anteprojeto da Comissão de Sistematização.

Justificativa

O inciso mencionado trata da proibição de serviços extraordinários, ressaltando os casos de emergência ou de força maior, com remuneração em dobro. A referida matéria já está suficientemente regulada em lei ordinária, não se justificando sua inclusão na Carta Magna.

EMENDA:04825 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Art. 14

Suprima-se do anteprojeto o inciso XVII do art. 14.

Justificativa

O serviço extraordinário pode ser necessário não apenas para casos de emergência ou força maior, mas também para um acréscimo temporário de demanda.

Suprimir essa possibilidade significa privar a população de bens e serviços, com prejuízo para o País.

As limitações, forma e condições de pagamentos devem ser objetos de legislação ordinária e/ou

Negociação Coletiva.

EMENDA:04897 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AÉCIO DE BORBA (PDS/CE)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso XVII, do artigo 14, do anteprojeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:
"XVII - remuneração a maior nos casos em que o serviço extraordinário seja permitido;"

Justificativa

Se são admitidas exceções, não há que se falar em proibição de serviço extraordinário. A redação do dispositivo constitucional deve guardar logicidade. Portanto mais apropriada, inclusive do ponto de vista de técnica legislativa, é a redação proposta. Além disso, a explicação dos direitos dos trabalhadores não cabe numa Constituição, devendo ser deixado quando for o caso, à legislação ordinária. Até porque esta terá mais possibilidade de adaptação à dinâmica da evolução das relações trabalhistas e das características do próprio trabalho, sujeitas ao impacto das conquistas tecnológicas. Assim, a Lei Magna deve, apenas, estabelecer os grandes princípios e diretrizes, que balizarão a busca de uma política que possibilite uma efetiva proteção do emprego e do trabalhador, bem como a melhoria das condições de trabalho.

EMENDA:04992 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA
DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 14, INCISO XVII
Suprimam-se do anteprojeto:
a) o inciso XVII do Capítulo II, do artigo 14.

Justificativa

A Nação não comporta agora e nem no futuro a proibição do serviço extraordinário.

EMENDA:05458 NÃO INFORMADO

Fase:

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Emenda modificativa do inciso XVII do art. 14:
"Art. 14.
XVII - Será permitido o serviço extraordinário mediante negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquele do horário normal e nos casos de emergência ou de força maior, na forma da lei."

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativos e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando bem lhe aprouver, desde que receba correta remuneração e respeito pela manifestação de vontade?

A proposta deste Artigo do Anteprojeto, provocará constante mal-estar entre patrões e empregados.

Tanto é verdade que os patrões necessitam, vem por outra, dos serviços extraordinários, pegando mais. Quanto os empregados, muitas vezes, desejam trabalhar mais horas para suprir necessidades participarem para alcançar objetivos de seu exclusivo interesse.

FASE M

EMENDA:00709 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Substitua-se o item XVII, do art. 13 relativo ao serviço extraordinário, pelo seguinte:

XVII - Proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência e força maior.

Justificativa

A greve não deve, nem pode ser reconhecida como direito absoluto. Trata-se de um direito relativo – qualquer outra parte do mundo.

Demais disso o exercício desse direito deve ser regulado pela legislação ordinária.

Parecer:

Objetiva a emenda excepcionar a proibição de serviço extraordinário nos casos de emergência e força maior.

Consideramos que a execução de serviço extraordinário deve subordinar-se a dois únicos imperativos constitucionais: remuneração superior à normal e decisão expressa em convenção. Sem a aquiescência do trabalhador e a garantia da compensação pecuniária, não nos parece haver casos de emergência ou força maior que legitimem tal prática.

EMENDA:00845 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA DO INCISO XVII DO ART. 13

Art. 13 -

I -

II a XVI -

XVII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquela normal e nos casos de emergência ou de força maior;

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativos e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando bem lhe aprouver, desde que receba correta remuneração e respeito pela manifestação de vontade?

Parecer:

Visa o autor a excepcionar da proibição de serviço extraordinário os casos de emergência força maior e aqueles que resultem de negociação individual entre empregador e empregado.

Consideramos que a prática do serviço extraordinário deve subordinar-se à aquiescência do trabalhador e à garantia de compensação pecuniária, por meio de remuneração posterior. É nossa opinião, contudo, que tal aquiescência, assim como a negociação entre as partes deva dar-se de maneira coletiva, expressa em convenção.

EMENDA:01304 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

Emenda Modificativa do inciso XVII do art. 13

Art. 13 -

I -

II a XVI -

XVII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquela do horário normal e nos casos de emergência ou de força maior;

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativas e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando lhe aprouver, desde que receba correta remuneração e respeito pela manifestação de vontade?

Parecer:

Visa o autor a excepcionar da proibição de serviço extraordinário os casos de emergência força maior e aqueles que resultem de negociação individual entre empregador e empregado.

Consideramos que a prática do serviço extraordinário deve subordinar-se à aquiescência do trabalhador e à garantia de compensação pecuniária, por meio de remuneração posterior. É nossa opinião, contudo, que tal aquiescência, assim como a negociação entre as partes deva dar-se de maneira coletiva, expressa em convenção.

EMENDA:01455 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PIMENTEL (PFL/PR)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 13, INCISO XVII.

O item XVII do Anteprojeto, passa a ter a seguinte redação:

Art. 13 -

XVII - Proibição de serviço extraordinário,

salvo os casos de emergência ou de força maior, na forma que a lei regulamentar.

Justificativa

A dinâmica da relação de trabalho não é compatível com uma rigidez na regulamentação da prorrogação da jornada de trabalho. Deve ficar, portanto, para o âmbito da legislação ordinária.

Parecer:

Propõe o autor o acréscimo ao inciso XVII do artigo 13, que dispõe sobre o serviço extraordinário, a previsão de regulamentação posterior em lei.

Parece-nos evidente que todo dispositivo constitucional é possível de regulamentação em lei. Por conseguinte, consideramos desnecessário o acréscimo proposto.

EMENDA:01740 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUÍS EDUARDO (PFL/BA)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 13, INCISO XVII

Dar ao inciso XVII do Artigo 14, do projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"XVII - O trabalho extraordinário é permitido, nas condições que a lei fixar."

Justificativa

A inclusão do dolo, ao lado da culpa, como causa do dever de indenizar do empregador é prejudicial ao empregado, já que basta hoje o reconhecimento da culpa grave do patrão para a responsabilidade civil.

Parecer:

Visa o autor a permitir o trabalho extraordinário, ressalvadas eventuais limitações posteriores fixadas em lei.

Nosso entendimento é que o trabalho extraordinário deve estar sujeito a dois preceitos, expressa no texto constitucional: a aquiescência coletiva dos trabalhadores, manifesta em convenção, e compensação financeira, mediante remuneração superior à normal.

Legislação posterior poderá, conforme as circunstâncias, limitar ainda mais essa prática.

Consideramos, no entanto, os dois preceitos citados, o limite absoluto da realização de horas extraordinária de trabalho. Como tal, devem constar da Carta Magna e servir de diretrizes à elaboração da lei ordinária.

EMENDA:02349 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

IVO VANDERLINDE (PMDB/SC)

Texto:

Emenda modificativa do inciso XVII do art. 13.

art. 13 -

I -

II a XVI -

.....

XVII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e

empregado, garantida remuneração superior àquela do horário normal e nos casos de emergência ou de força maior;

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativas e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando lhe aprouver, desde que receba correta remuneração e respeito pela manifestação de vontade?

Parecer:

Objetiva o autor excepcionar a proibição do serviço extraordinário, expressa no inciso XVII, do artigo 13 do Projeto, nos casos de emergência, força maior e acordo individual entre empregador e empregado.

Somos de opinião que a prática do serviço extraordinário deve, efetivamente, sujeitar-se à aquiescência do empregado, além de obedecer a remuneração superior à normal. Parece-nos, contudo, que a aquiescência referida deva ser coletiva, expressa em convenção, e não individual, como propõe a emenda.

EMENDA:02985 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MENDONÇA DE MORAIS (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA DO INCISO XVII DO ART. 13

Art. 13 -

I -

II a XVI -

XVII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquela do horário normal e nos casos de emergência ou de força maior;

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativos e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando bem lhe aprouver, desde que receba correta remuneração e respeito pela manifestação de vontade?

Parecer:

Objetiva o autor excepcionar a proibição do serviço extraordinário, expressa no inciso XVII, do artigo 13 do Projeto, nos casos de emergência, força maior e acordo individual entre empregador e empregado.

Somos de opinião que a prática do serviço extraordinário deve, efetivamente, sujeitar-se à aquiescência do empregado, além de obedecer a remuneração superior à normal. Parece-nos, contudo, que a aquiescência referida deva ser coletiva, expressa em convenção, e não individual, como propõe a emenda.

EMENDA:04147 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

Texto:

Emenda Supressiva
Dispositivo Emendado: Art. 13, inciso XVII.
Suprima-se o inciso XVII do art. 13 do
Anteprojeto da Comissão de Sistematização.

Justificativa

O inciso mencionado trata da proibição de serviços extraordinários, ressaltando os casos de emergência ou de força maior, com remuneração em dobro. A referida matéria já está suficientemente regulada em lei ordinária, não se justificando sua inclusão na Carta Magna.

Parecer:

O serviço extraordinário pode ser necessário não apenas para casos de emergência ou força maior, mas também para um acréscimo temporário de demanda. Entendemos, porém, que não é caso de supressão do dispositivo mas, sim, de assegurar remuneração superior à hora normal que será estabelecida em convenção coletiva, de acordo com os interesses de cada categoria.

EMENDA:04422 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ GERALDO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Supressiva
Dispositivo Emendado: Inciso XVII do Art. 13
Suprima-se do projeto:
a) - O inciso XVII do Art. 13

Justificativa

O serviço extraordinário pode ser necessário não apenas para casos de emergência ou força maior, mas também para um acréscimo temporário da demanda.
Suprimir essa possibilidade significa privar a população de bens e serviços, com prejuízos para o País.

As limitações, força e condições de pagamento devem ser objeto de legislação ordinária e/ou Negociação Coletiva.

Parecer:

O serviço extraordinário pode ser necessário não apenas para casos de emergência ou força maior, mas também para um acréscimo temporário de demanda. Entendemos, porém, que não é caso de supressão do dispositivo mas, sim, de assegurar remuneração superior à hora normal que será estabelecida em convenção coletiva, de acordo com os interesses de cada categoria.

EMENDA:04476 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Supressiva
Dispositivo Emendado: Art. 13
Suprima-se do projeto o inciso XVII do art. 13.

Justificativa

O serviço extraordinário pode ser necessário não apenas para casos de emergência ou força maior, mas também para um acréscimo temporário da demanda.
Suprimir essa possibilidade significa privar a população de bens e serviços, com prejuízos para o País.

As limitações, força e condições de pagamento devem ser objeto de legislação ordinária e/ou Negociação Coletiva.

Parecer:

O serviço extraordinário pode ser necessário não apenas para casos de emergência ou força maior, mas também para um acréscimo temporário de demanda. Entendemos, porém, que não é caso de supressão do dispositivo mas, sim, de assegurar remuneração superior à hora normal que será estabelecida em convenção coletiva, de acordo com os interesses de cada categoria.

EMENDA:04547 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AÉCIO DE BORBA (PDS/CE)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 13, INCISO XVII

Dê-se a seguinte redação ao inciso XVII, do artigo 13, do Projeto de Constituição, da

Comissão de Sistematização:

"XVII - remuneração a maior nos casos em que o serviço extraordinário seja permitido;"

Justificativa

Se são admitidas exceções, não há que se falar em proibição de serviço extraordinário.

A redação do dispositivo constitucional deve guardar logicidade. Portanto mais apropriada, inclusive do ponto de vista de técnica legislativa, é a redação proposta.

Além disso, a explicação dos direitos dos trabalhadores não cabe numa Constituição, devendo ser deixado quando for o caso, à legislação ordinária. Até porque esta terá mais possibilidade de adaptação à dinâmica da evolução das relações trabalhistas e das características do próprio trabalho, sujeitas ao impacto das conquistas tecnológicas.

Assim, a Lei Magna deve, apenas, estabelecer os grandes princípios e diretrizes, que balizarão a busca de uma política que possibilite uma efetiva proteção do emprego e do trabalhador, bem como a melhoria das condições de trabalho.

Parecer:

A Emenda tenta corrigir uma imprecisão do Projeto que, no inciso XIII do inciso 13, proíbe o serviço extraordinário. Na verdade, por motivos óbvios, descabe proibir mas, tão somente, desestimular a sua prestação por meio de uma paga maior que, em convenção coletiva de trabalho, poderá ser livremente estipulada.

EMENDA:04639 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 13, INCISO XVII

Suprimam-se do anteprojeto:

a) o inciso XVII do Capítulo II, do artigo 13.

Justificativa

A Nação não comporta agora e nem no futuro a proibição de serviço extraordinário.

Parecer:

O serviço extraordinário pode ser necessário não apenas para casos de emergência ou força maior, mas também para um acréscimo temporário de demanda. Entendemos, porém, que não é caso de supressão do dispositivo mas, sim, de assegurar remuneração superior à hora normal que será estabelecida em convenção coletiva, de acordo com os interesses de cada categoria.

EMENDA:05078 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Emenda modificativa do inciso XVII do art. 14:

"Art. 13.

XVII - Será permitido o serviço extraordinário mediante negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquela do horário normal e nos casos de emergência ou de força maior, na forma da lei.

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativos e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando bem lhe aprouver, desde que receba correta remuneração e respeito pela manifestação de vontade?

A proposta deste Artigo do Anteprojeto, provocará constante mal-estar entre patrões e empregados.

Tanto é verdade que os patrões necessitam, vez por outra, dos serviços extraordinários, pagando mais. Quanto os empregados, muitas vezes, desejarão trabalhar mais horas para suprir necessidades particulares ou para alcançar objetivos de seu exclusivo interesse.

Parecer:

Acolhemos, em parte, a Emenda, porquanto a vedação do serviço extraordinário sem fator de perturbação das relações de trabalho. Por isso, além de estabelecer a valorização da hora extra, deixamos a sua realização para ser disciplinada por convenção coletiva.

EMENDA:07004 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MOZARILDO CAVALCANTI (PFL/RR)

Texto:

Emenda substitutiva ao título II, Capítulo II, Artigos 13, 14, 15 e 16, que passarão a ter a seguinte redação:

Dos Direitos Sociais

Art. - São direitos sociais dos trabalhadores:

I - garantia do direito ao trabalho

II - seguro-desemprego

III - fundo de garantia

IV - reajuste e irredutibilidade de salários, remunerações, vencimentos, proventos e pensões, iguais para ativos e inativos;

V - salário mínimo nacional unificado;

VI - piso salarial

VII - gratificação natalina;

VIII - salário por trabalho noturno superior ao diurno;

IX - equidade de salários e vencimentos, de admissão, dispensa e promoção para o desempenho de tarefas idênticas;

X - salário-família;
 XI - participação nos lucros ou nas ações;
 XII - jornada de trabalho não superior a quarenta e oito horas, com intervalo para alimentação e repouso;
 XIII - repouso semanal remunerado;
XIV - remuneração em dobro em caso de serviço extraordinário;
 XV - férias anuais remuneradas;
 XVI - licença à gestante
 XVII - saúde e segurança do trabalho;
 XVIII - proibição de trabalho em atividades insalubres ou perigosas, salvo Lei ou convenção coletiva;
 XIX - proibição de trabalho noturno e insalubre aos menores de dezoito anos;
 XX - proibição de qualquer trabalho aos menores de doze anos, salvo na condição de aprendiz;
 XXI - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva;
 XXII - aposentadoria, com as garantias do inciso IV;
 XXIII - garantia de assistência, pelo empregador, aos filhos e dependentes dos empregados, pelo menos até seis anos de idade, em creches e pré-escolas, nas empresas privadas e órgãos públicos;
 XXIV - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;
 XXV - garantia de permanência no emprego aos trabalhadores acidentados no trabalho ou portadores de doenças profissionais, nos casos definidos em lei, sem prejuízo da remuneração antes percebida;
 XXVI - seguro contra acidentes do trabalho;
 XXVII - participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação, que não prejudicarão seus direitos adquiridos.
 - único - A Lei regulamentará o disposto neste Artigo.
 Art. - Aos trabalhadores domésticos são assegurados os direitos previstos nos incisos IV, V, VII, VIII, x, XIII, XV, XIX, XX, XXII, XXV, do Art. 13; além da integração e Previdência Social e Aviso Prévio de Dispensa, ou equivalente em dinheiro;
 § único - não será permitido o trabalho gratuito de menores estranhos à família.
 Art. - A indenização acidentaria não exclui a do direito comum, no caso de dolo ou culpa do empregador.
 § único -

Justificativa

Evitando prolixidade e redundância, além de subtrair matéria que deva ser tratada em Lei Complementar ou Ordinária, a presente emenda objetiva garantir os direitos essenciais ao trabalhador.

Parecer:

Concordamos com o autor da presente emenda quanto à necessidade de eliminar do texto as prolixidades e redundâncias. Entretanto, considerando que o texto constitucional deve ser lido também pelo homem comum, devemos realizá-lo de tal forma que a ele seja acessível e compreensível, sem com isso prejudicarmos sua linguagem própria.

EMENDA:08455 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Suprima-se o item XVII do art. 13, relativo ao serviço extraordinário.

Justificativa

Trata-se de matéria que deve ser regulada em lei ordinária e em convenção coletiva de trabalho.

Parecer:

Objetiva o autor a supressão do item XVII do artigo 13 do Projeto, que veda a prática de serviço extraordinário, ressalvados os casos que enumera.

Não concordamos com a supressão proposta. Somos de opinião que o texto constitucional deve conter a diretriz mais geral que norteará o tratamento da questão na legislação ordinária.

EMENDA:08560 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)

Texto:

Artigo 13

XVII - serviço extraordinário eventual, em caso de emergência, não superior a duas horas diárias, com remuneração em dobro;

Justificativa

A proibição sistemática, como consta do Projeto, criaria inúmeros obstáculos às empresas de um modo geral.

A emenda aqui sugerida, além de ter o condão de trazer maior flexibilidade, atende, na nossa opinião, o objetivo buscando, qual seja, o de estimular o aumento de novos empregos.

Parecer:

É objetivo da emenda restringir a prática do serviço extraordinário a casos de emergência e limitar sua duração máxima a duas horas diárias. Mantém a emenda a remuneração em dobro prevista no Projeto.

Consideramos que a prática do serviço extraordinário e as condições de sua execução devam ser objeto de convenções coletivas de trabalho. Cabe ao texto constitucional unicamente garantir a remuneração superior nesses casos e exigir que a aquiescência dos trabalhadores, se expresse em convenção coletiva de trabalho.

EMENDA:09110 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FURTADO LEITE (PFL/CE)

Texto:

Acrescente-se ao final do item XVII, do art. 13, do Projeto de Constituição, o seguinte: "e o empregado está obrigado a atender à convocação".

Justificativa

Conforme o texto do referido item, a garantir quando ao serviço extraordinário para os trabalhadores são plenas, mas deixa totalmente descoberto aqueles que muitas vezes necessitam de algumas horas a mais de trabalho do seu funcionário. O que queremos é garantir que em casos de emergência ou de motivo de força maior o empregado não possa se recusar a prestar tais serviços.

Parecer:

A emenda pretende incluir ao final do inciso XVII do artigo 13, que dispõe do serviço extraordinário, a obrigatoriedade do atendimento à convocação para seu cumprimento.

Consideramos que o texto constitucional deve apenas expressar a respeito a necessidade da aquiescência coletiva dos trabalhadores, manifesta em convenção, à realização do serviço e a garantia da compensação financeira por meio de remuneração superior.

É evidente que, uma vez acordado em convenção, tem o empregador o direito de exigir de seu empregado o comparecimento ao trabalho no horário adicional. É igualmente evidente que nesse caso a ausência sujeita o trabalhador as mesmas consequências que a falta não justificada no horário normal.

Não nos parece necessária, portanto, a inclusão proposta.

EMENDA:09117 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ARNALDO MARTINS (PMDB/RO)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

Art. 13 -

I - garantia do direito do trabalho, conforme previsto em lei;

(Suprimir-se as alíneas a, b, c e d)

.....

XII - salário-família, no máximo de cinco, aos dependentes dos trabalhadores que percebem até quatro salários mínimo, na base de percentual variável de vinte por cento a cinco por cento do salário mínimo, a partir do menor ao maior salário aqui compreendido, respectivamente;

.....

XV - duração do trabalho não superior a quarenta e quatro horas semanais e a oito horas diárias, com intervalo para repouso e alimentação;

.....

XVII - remuneração em dobro, nos casos de serviço extraordinário e havendo acordo empregado-empregador;

XVIII - gozo de trinta dias de férias anuais remuneradas;

.....

XXII - direito ao trabalho em ambiente com controle adequado de riscos;

.....

Suprimir o inciso XXIX.

Justificativa

Temos que admitir que a Constituição é para o povo brasileiro, considerando como tal, todos os segmentos da sociedade.

O paternalismo do Projeto é muito grande em relação ao trabalhador e praticamente acaba com as empresas.

Isto é utopia, para não dizermos demagogia.

Vejamos os incisos alterados:

I – a permanência da redação atual, em lugar de favorecer o trabalhador, vai lhe prejudicar, tendo em vista que os empregados tentarão amiúde, considerar todas as demissões como justa – causa, seria também a transformação de trabalhadores de empresas privadas em funcionários públicos, em que a produção é colocada em caráter secundário.

XII – há necessidade de ser limitado o número de dependentes para efeito de salário família, com cinco dependentes, um trabalhador que percebe o salário mínimo já dobra o salário; temos que pensar também nas empresas, como também nos trabalhadores com muitos dependentes, que deixarão de conseguir emprego;

XV – a redução de 48 horas para 40 horas semanais, é muito grande, seria o caso de 44 horas, que corresponde a 8 horas de 2ª à 6ª feira e 4 horas no sábado;

XVII – muitos empregados desejam sempre ter horas extras a fim de melhorar o seu salário, o texto do Projeto proíbe o acordo empregado – empregador,

XVIII – com férias remuneradas, os trabalhadores passam a perceber 14 salários no ano; as empresas não têm condições;

XXII – o texto do Projeto é muito “duro”, quando começa a alínea com a palavra “recusa ao trabalho”,

XXIX – sugere-se a supressão, tendo em vista que é o caso de aposentadoria e não de manutenção do empregado pela empresa.

Parecer:

A presente emenda traz contribuições valiosas que deverão ser levados em consideração com o objetivo de aprimorar o texto do Projeto. Estamos conscientes que os princípios que devem figurar neste capítulo não podem ser protecionistas e muito menos, facciosos. Devem visar, unicamente, estabelecer as linhas fundamentais de uma inter-relação positiva que conduza a uma integração dos interesses de ambas as partes, isto é patrão e empregado.

Queremos ressaltar ainda que o nosso critério de aproveitamento da emenda, ora sob análise, é o de estar coerente com o consenso emerso da grande maioria das milhares de emendas encaminhadas à nossa Comissão.

EMENDA:09569 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

Texto:

Emenda substitutiva ao item XVII do art. 13

Dê-se ao item XVII do artigo 13 a seguinte redação:

"Remuneração das horas suplementares em valores superiores à hora normal".

Justificativa

O texto que se pretende substituir proíbe o trabalho em horas suplementares, salvo casos de emergência ou de forças maior.

Força maior é o acontecimento que a pessoa, por seus esforços, não se pode evitar.

Não se tem ainda como certo o conceito jurídico de casos de emergência.

Não se pode proibir o trabalho extraordinário que muitas vezes, torna-se imprescindível ao bom desempenho das atividades empresariais.

Deve-se, na realidade, proibir o abuso da utilização dessa forma de trabalho, o que pode ser conseguido através de fixação de percentuais elevadas ao respectivo adicional, mediante Lei Ordinária ou de negociação coletiva de trabalho.

Parecer:

Pretende o autor suprimir a proibição do serviço extraordinário e ordenar apenas, no inciso XVII do artigo do Projeto, a remuneração superior das horas suplementares de trabalho.

Concordamos com o autor no que se refere à remuneração.

Não cabe, efetivamente, ao texto constitucional, determinar quão superior será essa remuneração.

Com relação à proibição, acolhemos igualmente sua retirada. É nossa opinião, contudo, que a prática do serviço extraordinário deve submeter-se, a aquiescência coletiva dos trabalhadores, expressa em convenção.

Acolhemos, portanto, parcialmente a emenda, na forma constante do Projeto.

EMENDA:09787 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

RICARDO IZAR (PFL/SP)

Texto:

Suprima-se o item XVII, do Art. 13, relativo ao serviço extraordinário.

Justificativa

Trata-se de matéria regulada em lei ordinária e em convenção coletiva de trabalho.

Parecer:

Objetiva o autor a supressão do item XVII do artigo 13 do Projeto, que veda a prática de serviço extraordinário, ressalvados os casos que enumera.

Não concordamos com a supressão proposta. Somos de opinião que o texto constitucional deve conter a diretriz mais geral que norteará o tratamento da questão na legislação ordinária.

EMENDA:09881 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Art. 13, XVII

Dê-se nova redação ao inciso XVII do artigo 13:

"XVII - A remuneração de serviços extraordinários será dobrada e deverá atender ao caráter de excepcionalidade".

Justificativa

É necessário fixar o caráter de excepcionalidade dos serviços extraordinários e seu pagamento em dobro.

Parecer:

Objetiva o autor fazer constar do texto constitucional que a prática do serviço extraordinário deverá atender ao caráter de excepcionalidade.

Consideramos que cabe aos interessados empregadores e empregados, decidir a conveniência e condições de realização dessa prática. Para tanto o dispositivo do Projeto que dispõe sobre o assunto manda que as condições de realizações de serviço extraordinário sejam objeto de convenção coletiva de trabalho.

EMENDA:11070 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PAIM (PT/RS)

Texto:

Dê-se ao inciso XVII do art. 13 a seguinte redação:

Inciso XVII: proibição de serviço

extraordinário, salvo os casos de emergência ou de força maior, com remuneração em dobro;

Justificativa

A matéria tratada no presente dispositivo, pela sua relevância deve ser mantida no Projeto de Constituição.

Parecer:

Pretende o autor excepcionar a proibição de serviço extraordinário nos casos de emergência e força maior, bem como garantir a remuneração em dobro desse serviço. Consideramos que a prática do serviço extraordinário deve sujeitar-se à aquiescência coletiva dos trabalhadores manifesta em convenção. Quanto a remuneração, somos de opinião que o texto constitucional deve assegurar apenas ser ela superior a normal. A quantificação deve ser deixada à lei ordinária ou à convenção.

EMENDA:11075 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PAIM (PT/RS)

Texto:

Modifique-se a redação do inciso XVII, do artigo 13, do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, dando a seguinte redação:

Inciso: proibição de trabalho extraordinário, salvo os casos de emergência ou de força maior, com remuneração em dobro;

Justificativa

A emenda que oferecemos pretende apenas a adequação de redação.

Parecer:

Pretende o autor excepcionar a proibição de serviço extraordinário nos casos de emergência e forma maior, bem como garantir a remuneração em dobro desse serviço. Consideramos que a prática do serviço extraordinário deve sujeitar-se à aquiescência coletiva dos trabalhadores manifesta em convenção. Quanto a remuneração, somos de opinião que o texto constitucional deve assegurar apenas ser ela superior a normal. A quantificação deve ser deixada à lei ordinária ou à convenção.

EMENDA:11620 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OSWALDO ALMEIDA (PL/RJ)

Texto:

Emenda Modificada

Dispositivo Emendado: artigo 13, inciso XVII

O inciso XVII passa a ter a seguinte redação:

"Serviço extraordinário com remuneração em dobro".

Justificativa

As forças de mercado numa economia capitalista devem ter sempre na negociação, nas convenções coletivas de trabalho, os meios para se adequarem às circunstâncias sempre mutativas da realidade socioeconômica.

Parecer:

Acolhemos numerosas emendas, optamos por deixar para as convenções coletivas a fixação do

valor das horas extraordinárias.
Pela rejeição.

EMENDA:11835 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA:

DISPOSITIVO EMENDADO: ART. 13

Suprima-se do projeto o inciso XVII do art. 13

Justificativa

O serviço extraordinário pode ser necessário não apenas para casos de emergência ou força maior, mas também para um acréscimo temporário de demanda.

Suprimir essa possibilidade significa privar a população de bens e serviços, com prejuízo para o País. As limitações, forma e condições de pagamentos devem ser objetos de legislação ordinária e/ou Negociação Coletiva.

Parecer:

Objetiva o autor a supressão do item XVII do artigo 13 do Projeto, que veda a prática de serviço extraordinário, ressalvados os casos que enumera.

Não concordamos com a supressão proposta. Somos de opinião que o texto constitucional deve conter a diretriz mais geral que norteará o tratamento da questão na legislação ordinária.

EMENDA:12085 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

SADIE HAUACHE (PFL/AM)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 13, inciso XVII

O inciso XVII do Artigo 13 do Projeto de Constituição passa ter a seguinte redação;

Art. 13

XVII - proibição de serviço extraordinário, salvo nos casos de emergência ou de força maior, na forma que a lei regulamentar.

Justificativa

As relações de trabalho não podem ficar estreitadas por dispositivos constitucionais limitadores.

Pagamento em dobro, por quê? Porque não em triplo?

Somente a legislação ordinária pode acompanhar a dinâmica das relações de trabalho e estabelecer os casos em que tal dispositivos não tem validade.

Imaginamos o Corpo de Bombeiros que na realidade só é chamado para serviços de emergência, ganhando o mesmo para os dias de incêndio e os de normalidade.

Parecer:

Pretende o autor excepcionar da proibição do serviço extraordinário nos casos de emergência ou força maior, remetendo à lei a regulamentação do dispositivo.

Consideramos que a prática do serviço extraordinário deve sujeitar-se, à aquiescência efetiva dos trabalhadores, expressa em convenção. Aos interessados cabe o julgamento da emergência ou força maior de cada caso.

EMENDA:12414 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

TELMO KIRST (PDS/RS)

Texto:

Emenda Substitutiva ao item XVII do art.13

Dê-se ao item XVII do artigo 13 a seguinte redação:

"Remuneração das horas suplementares em valores superiores à hora normal".

Justificativa

O texto que se pretende substituir proíbe o trabalho em horas suplementares, salvo casos de emergência ou de forças maior.

Força maior é o acontecimento que a pessoa, por seus esforços, não se pode evitar.

Não se tem ainda como certo o conceito jurídico de casos de emergência.

Não se pode proibir o trabalho extraordinário que muitas vezes, torna-se imprescindível ao bom desempenho das atividades empresariais.

Deve-se, na realidade, proibir o abuso da utilização dessa forma de trabalho, o que pode ser conseguido através de fixação de percentuais elevadas ao respectivo adicional, mediante Lei Ordinária ou de negociação coletiva de trabalho.

Parecer:

Consideramos que a realização de serviço extraordinário deve estar subordinada à aquiescência coletiva do trabalhador expressa em convenção e à garantia de compensação financeira mediante remuneração superior.

Efetivamente, não deve a Constituição fixar a montante da majoração salarial.

Acolhemos, portanto, a emenda, na forma do substitutivo.

EMENDA:13386 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NAPHTALI ALVES DE SOUZA (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Supressiva

Suprima-se o item XVII, do Artigo 13, do

Projeto de Constituição.

Justificativa

O presente item pertence, por sua própria natureza à regulamentação através de Lei Ordinária.

Parecer:

Objetiva o autor a supressão do item XVII do artigo 13 do Projeto, que veda a prática de serviço extraordinário, ressalvados os casos que enumera.

Não concordamos com a supressão proposta. Somos de opinião que o texto constitucional deve conter a diretriz mais geral que norteará o tratamento da questão na legislação ordinária.

EMENDA:13988 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Emenda Modificativa ao art. 13
Dê-se ao inciso XVII Art. 13, do Projeto de
Constituição do nobre Relator a seguinte redação:
Art. 13
Inc. I
II a XVI
XVII - proibido o serviço extraordinário,
salvo negociação entre empregador e empregado,
garantida remuneração de 50% (cinquenta por cento)
do valor do salário a mais do que àquela do
horário normal e nos casos de emergência ou de força maior;

Justificativa

A liberdade de cada um é a maior garantia que esta Constituição pode dar a qualquer cidadão. Nunca, e em hipótese alguma, as disposições de ordem pública, imperativas e irrenunciáveis, poderão vir em prejuízo do indivíduo. Ora, como explicar o interesse público de que ninguém possa trabalhar quando vem lhe aprouver, desde que receba correta remuneração é respeito pela sua manifestação de vontade?

Parecer:

Objetiva o autor excepcionar a proibição do serviço extraordinário, expressa no inciso XVII, do artigo 13 do Projeto, nos casos de emergência, força maior e acordo entre empregado e empregador. Define ainda a remuneração devida nesse caso em 50% superior à percebida no horário normal. Consideramos que a prática do serviço extraordinário deve obedecer exclusivamente à aquiescência coletiva dos trabalhadores, manifesta em convenção. Deve também, a Constituição assegurar a majoração do pagamento, sem, entretanto, especificar seu montante.

EMENDA:14873 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO ART. XVII DO ART. 13
Dê-se ao item XVII do artigo 13 a seguinte redação:
"Remuneração das horas suplementares em
valores superiores à hora normal".

Justificativa

O texto que se pretende substituir proíbe o trabalho em horas suplementares, salvo casos de emergência ou de força maior. Força maior é o acontecimento que a pessoa, por seus esforços, não pode evitar. Não se tem ainda como certo o conceito jurídico de casos de emergência. Não se pode proibir o trabalho extraordinário que muitas vezes, torna-se imprescindível ao bom desempenho das atividades empresariais. Deve-se, na realidade, proibir o abuso da utilização dessa forma de trabalho, o que pode ser conseguido através de fixação de percentuais elevados do respectivo adicional, mediante Lei Ordinária ou de negociação coletiva de trabalho.

Parecer:

A nosso ver, deve a Constituição subordinar a prática de serviço extraordinário à aquiescência coletiva dos trabalhadores manifesta em convenção, e garantir remuneração superior à do trabalho no período normal. Acolhemos, portanto, parcialmente as supressões propostas pelo autor.

EMENDA:14895 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 13, Capítulo II, Inciso XVII.

Suprimam-se do Projeto:

a) - O inciso XVII do Capítulo II, do artigo 13

Justificativa

A Nação não comporta agora e nem no futuro a proibição do serviço extraordinário.

Parecer:

Objetiva o autor a supressão do item XVII do artigo 13 do Projeto, que veda a prática de serviço extraordinário, ressalvados os casos que enumera.

Não concordamos com a supressão proposta. Somos de opinião que o texto constitucional deve conter a diretriz mais geral que norteará o tratamento da questão na legislação ordinária.

EMENDA:15346 PREJUDICADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

Texto:

Dê-se ao inciso XVII, do Artigo 13, a seguinte redação:

Artigo 13

I

XVII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e empregado, conforme a Lei estabelecer.

Justificativa

A maior garantia constitucional é a liberdade de cada um.

As disposições de ordem pública, imperativas e irrenunciáveis, jamais poderão vir em prejuízo do indivíduo, especialmente do trabalhador, desde que não tenham por motivo o interesse público.

Por outro lado, o detalhamento do direito, deve ser objeto da legislação ordinária.

Parecer:

Não nos parece de boa técnica legislativa proibir o serviço extraordinário para, logo a seguir, ressaltar a sua permissão. Por isso, acolhemos Emendas no sentido de alterar o texto do Projeto para permitir a hora-extra, em valor superior ao normal, conforme for estabelecido em convenção coletiva.

EMENDA:15818 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DÉLIO BRAZ (PMDB/GO)

Texto:

Emenda Supressiva.

Dispositivo emendado: Art. 13, item XVII.

Suprima-se, do item XVII do art. 13, a expressão "com remuneração em dobro".

Justificativa

Trata-se de dispositivo de natureza não constitucional. Impondo-se tratá-lo por via de legislação ordinária.

Adite-se que a solução simplista de generalizar a forma de remuneração dos trabalhos extraordinários prejudica o estabelecimento de uma retribuição diversificada que atenda, mais adequadamente, às diferentes formas de prestação de trabalho extraordinário.

Parecer:

Concordamos, em parte, com o objetivo da Emenda no sentido de que seja suprimida a expressão final do preceito. Parece-nos, contudo, que a prestação do serviço extraordinário deve ser acordada em convenção coletiva.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:15995 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

Texto:

Suprima-se o item XVII do art. 13 do Projeto de Constituição, elaborado pela Comissão de Sistematização.

Justificativa

Estabelece o dispositivo cuja supressão se sugere.

"XXII – proibição de serviço extraordinários, salvo os casos de emergência ou de força maior, com remuneração em dobro;"

A matéria deve ser objeto de legislação ordinária. Essa, a razão da emenda supressiva ora proposta.

Parecer:

Objetiva o autor a supressão do item XVII do artigo 13 do Projeto, que veda a prática de serviço extraordinário, ressalvados os casos que enumera.

Não concordamos com a supressão proposta. Somos de opinião que o texto constitucional deve conter a diretriz mais geral que norteará o tratamento da questão na legislação ordinária.

EMENDA:17416 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOÃO DA MATA (PMDB/PB)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 13, INCISO XVII

Suprima-se o inciso XVII, do artigo 13., do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, que diz:

"Proibição de serviço extraordinário, salvo os caso de emergência ou de força maior com remuneração em dobro;"

Justificativa

A vedação contida no inciso que se pretende suprimir parece-nos cocar-se com os interesses tanto dos trabalhadores quanto de empregadores, haja vista que o trabalho suplementar é, em muitos

casos, imperioso para a sobrevivência de determinada atividade econômica e, em consequência, a manutenção da oferta de emprego.

Por outro lado, impõe-se observar, dentro da realidade nacional que, em muitos casos, decorre de convenções e acordos coletivos de trabalho o pagamento de horas extraordinárias com percentuais superiores ao estabelecimento na legislação vigente.

Parecer:

Objetiva o autor a supressão do item XVII do artigo 13 do Projeto, que veda a prática de serviço extraordinário, ressalvados os casos que enumera.

Não concordamos com a supressão proposta. Somos de opinião que o texto constitucional deve conter a diretriz mais geral que norteará o tratamento da questão na legislação ordinária.

EMENDA:17633 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

Emenda Supressiva

Dispositivo Emendado: Artigo 13

Suprima-se do Projeto de Constituição:

O inciso "XVII" do Artigo 13.

Justificativa

Trata-se de matéria ordinária que regulamenta os diversos direitos dos trabalhadores, na sua relação empregatícia, que não poderão ser inflexivelmente, tratada a nítida de Constituição.

Parecer:

Objetiva o autor a supressão do item XVII do artigo 13 do Projeto, que veda a prática de serviço extraordinário, ressalvados os casos que enumera.

Não concordamos com a supressão proposta. Somos de opinião que o texto constitucional deve conter a diretriz mais geral que norteará o tratamento da questão na legislação ordinária.

EMENDA:19154 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

Texto:

De acordo com o disposto no § 2o. do Art. 23 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, dê-se ao Título IX - Da Ordem Social a seguinte redação:

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo I

Dos Direitos Sociais

Art. 198 - São direitos sociais dos trabalhadores além de outros que visem à melhoria de sua condição e segurança no trabalho:

I - garantia de direito ao trabalho, sendo vedada a demissão arbitrária, nos termos da lei;

II - seguro-desemprego;

III - fundo de garantia do patrimônio individual;

IV - salário mínimo capaz de satisfazer as

suas necessidades básicas e as de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar o poder aquisitivo.

V - irredutibilidade real de salário ou vencimento, salvo o disposto em lei, em convenção ou em acordo coletivo;

VI - garantia de salário fixo, nunca inferior ao salário mínimo, quando ocorrer remuneração variável;

VII - gratificação natalina, como décimo terceiro salário, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano;

VIII - salário do trabalho noturno superior ao do diurno;

IX - participação nos lucros desvinculada da remuneração, conforme definido em lei ou em negociação coletiva;

X salário-família aos dependentes dos trabalhadores;

XI - proporção mínima de oito décimos de empregos brasileiros, em todas as empresas e em seus estabelecimentos, salvo os casos previstos em lei;

XII - jornada diária de trabalho não excedente a oito horas, com intervalo para repouso e alimentação, salvo os casos especiais previstos em lei;

XIII - duração máxima do trabalho semanal fixada nos termos da lei e das convenções ou acordos coletivos;

XIV - repouso semanal remunerado;

XV - serviço extraordinário com remuneração superior ao normal conforme convenção, salvo nos casos de emergência ou de calamidade pública;

XVI - gozo de no mínimo trinta dias de férias anuais;

XVII - licença remunerada à gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego e do salário;

XVIII - higiene e segurança do trabalho;

XIX - adicional pelo trabalho em atividades penosas, insalubres ou perigosas;

XX - recusa ao trabalho em ambientes comprovadamente sem controle adequado de riscos, com garantia de permanência no emprego;

XXI - proibição de trabalho noturno e insalubre aos menores de dezoito anos;

XXII - proibição de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz;

XXIII - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva;

XXIV - proibição das atividades de intermediação remunerada da mão-de-obra urbana permanente, ainda que mediante locação, salvo os casos previstos em lei;

XXV - aposentadoria;

XXVI - assistência aos filhos e dependentes dos trabalhadores pelo menos até seis anos de idade, em creches e pré-escolas;

XXVII - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;

XXVIII - garantia de permanência no emprego, na forma da lei, aos trabalhadores acidentados no

trabalho ou portadores de doenças profissionais;
XXIX - seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização prevista no direito comum em caso de culpa ou dolo do empregador;

Parágrafo Único - A lei definirá como crime a retenção definitiva ou temporária de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado.

[...]

Justificativa

A redação ora proposta de dispositivos correlatos, contempla os aspectos de mérito do tema as aspirações sociais do povo brasileiro a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa nos termos dos debates e acordos efetuados.

Parecer:

A emenda apresentada respeita a estrutura do Projeto da Comissão de Sistematização, e constitui uma contribuição valiosa à elaboração do Substitutivo, tanto que é propósito do Relator manter o maior número possível das sugestões aí contidas.

Deverá ser excluída do texto, segundo consenso firmado na Comissão, toda a matéria relativa a legislação ordinária, razão pela qual um certo número de dispositivos não serão aproveitados.

No que se refere à Saúde, a emenda foi acolhida na quase totalidade no Substitutivo do Relator.

Apenas houve a retirada da expressão do Art. 201, "fundos disciplinados em leis pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios" e a transferência do parágrafo único do Art. 201 da Emenda para as Disposições transitórias, alterando os termos "Fundo Nacional de Seguridade" para "Orçamento da Seguridade Social".

Os demais artigos e itens foram integralmente acolhidos.

Quanto à Comunicação, decide o Relator acatar a proposta na sua íntegra, à exceção da forma adotada para o parágrafo 4o. do art. 221, que não impede o aproveitamento do mérito.

Somos pela sua aprovação, no mérito, no que se refere a proteção da família, casamento civil e religioso, dissolução da sociedade conjugal, direitos do menor, adoção e acolhimento do menor e proteção dos idosos.

Dois dispositivos são dedicados à Cultura: o primeiro reproduz texto da Constituição vigente e está, no mérito, presente no Projeto; o segundo está na íntegra, na Proposta do Relator. Portanto, com relação à Cultura, a Emenda está parcialmente atendida.

Somos também de parecer que os dispositivos referentes às finalidades e princípios da educação, à cultura e financiamento merecem aprovação parcial.

Nas áreas da Seguridade e da Assistência Social, foram aproveitados os dispositivos que norteiam a proposta, sendo necessário, para atender ao objetivo de tomar o texto sucinto, retirar dispositivos que, provavelmente serão aproveitados em legislação complementar.

Na área de Ciência e Tecnologia, o projeto mantém a estrutura básica da proposta em exame com pequena alteração no primeiro artigo do capítulo, onde foram substituídas as expressões "apoiará e estimulará" por "promoverá".

Quanto ao mercado interno, nenhuma modificação substancial foi introduzida pela emenda.

O conceito estabelecido para empresa nacional em nada diverge da redação do texto, inclusive com a remissão feita ao Título da Ordem Econômica.

Isso posto, consideramos a emenda aprovada parcialmente.

EMENDA:19402 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DOMINGOS JUVENIL (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Supressiva

Incisos XVII e XVIII, do Art. 13

Suprimam-se do texto do Projeto de

Constituição os incisos XVII e XVIII, do Art. 13.

Justificativa

Devem os textos desses incisos ser tratados na lei ordinária, que será sempre adequável as circunstâncias da época e do momento.

O que hoje parece uma conquista, pode ser uma perda amanhã.

Não é justo que o texto constitucional proíba que o trabalhador faça algumas horas extras, para aumentar seus ganhos, tirando do próprio trabalhador o direito de decidir sobre a sua própria capacidade de trabalho. Não é justo que horas extras de trabalho só sejam permitidas “em casos de emergência ou de força maior” Isto é cercear a produtividade.

Do outro lado, temo que o benefício que dita o inciso XVIII, do mesmo Art. 13, seja apenas no papel, eis que as pequenas e médias empresas, responsáveis por 84% (oitenta e quatro por cento) da oferta de emprego, tenha que utilizar expedientes indesejáveis para sobreviver, com prejuízos do trabalhador.

Por tudo isso, julgo necessário remeter-se o assunto para a lei ordinária.

Parecer:

Consideramos necessária a manutenção, no texto constitucional, da garantia ao direito à remuneração superior para o serviço extraordinário, quando autorizado em convenção, bem como ao gozo de férias anuais, remuneradas.

Concordamos, contudo, com o autor, ser descabida a vedação do serviço extraordinário ou sua limitação a casos de emergência ou força maior. Esta categoria de trabalhadores, deverá decidir, no processo de negociação da conveniência e condições da prestação de serviço extraordinário.

Da mesma forma, o montante da remuneração do período de férias deve ser objeto, de legislação ordinária, não do texto constitucional.

Pela rejeição.

EMENDA:20247 REJEITADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Emenda Modificativa:

O item XVII, do artigo 13, do projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 13

XVII - Será admitido o serviço extraordinário até duas horas diárias com o acréscimo de 50% sobre a hora normal e, em caso de força maior ou urgência, as excedentes a este limite com remuneração em dobro;

Sala das Sessões,

Justificativa

Emenda sem justificativa.

Parecer:

É fundamental que se preceitue que o serviço extraordinário tenha uma remuneração superior ao normal. Quanto a outros detalhes, como o número de horas e qual a porcentagem que deverá incidir sobre a remuneração, entendemos que seja mais conveniente para ambas as partes que a convenção decida.

EMENDA:20717 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EMENDA POPULAR (/)

Texto:

EMENDA No. POPULAR

1. Inclua, onde couber, no Capítulo II (Dos Direitos Sociais), do Título II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais), os seguintes artigos e itens:

Art. - A constituição assegura aos trabalhadores em geral e aos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, independente de lei, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.

I - salário mínimo, nacionalmente unificado, capaz de satisfazer efetivamente às suas necessidades normais e às de sua família, a ser fixado pelo Congresso Nacional. Para a determinação do valor do salário mínimo, levar-se-ão em consideração as despesas necessárias com alimentação, moradia, vestuário, higiene, transporte, educação, lazer, saúde e previdência social;

II - salário-família à razão de 10% (dez por cento) do salário mínimo, por filho ou dependente menor de 14 (quatorze) anos, bem como ao filho menor de 14 (quatorze) anos, bem como ao filho menor de 21 (vinte e um) anos e ao cônjuge, desde que não exerçam atividade econômica, e ao filho inválido de qualquer idade;

III - salário de trabalho noturno superior ao diurno em pelo menos 50% (cinquenta por cento), das 18 (dezoito) às 6 (seis) horas, sendo a hora noturna de 45 (quarenta e cinco) minutos;

IV - direito a um décimo terceiro salário, com base na remuneração integral, pago em dezembro de cada ano;

V - participação direta nos lucros ou no faturamento da empresa;

VI - alimentação custeada pelo empregador, servido no local do trabalho, ou em outro de mútua conveniência;

VII - reajuste automático mensal de salários, remuneração, pensões e proventos de aposentadoria, pela variação do índice de custo de vida;

VIII - duração máxima da jornada diária não excedente de 8 (oito) horas, com intervalo para repouso e alimentação, e semanal de 40 (quarenta);

IX - remuneração em dobro nos serviços emergenciais ou nos casos de força maior;

X - repouso remunerado nos sábados, domingos e feriados, ressalvados os casos de serviços indispensáveis, quando o trabalhador deverá receber pagamento em dobro e repouso em outros dias da semana, garantido o repouso em um fim de semana pelo menos uma vez por mês;

XI - gozo de férias anuais de pelo menos 30 (trinta) dias, com pagamento igual ao dobro da remuneração mensal;

XII - licença remunerada da gestante, antes e depois do parto, ou no caso de interrupção da gravidez; pelo prazo total de 180 dias;

XIII - estabilidade desde a admissão no emprego, salvo o cometimento de falta grave comprovada judicialmente e contratos a termo;

XIV - fundo de garantia por tempo de serviço;

XV - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva;

XVI - greve, que não poderá sofrer restrições na legislação, sendo vedado às autoridades públicas, inclusive judiciárias, qualquer tipo de intervenção que possa limitar esse direito;

XVII - higiene e segurança do trabalho;

XVIII - proibição de diferença de salário por trabalho igual, qualquer que seja o regime jurídico do prestador, inclusive nos casos de substituição ou sucessão do trabalhador, bem como proibição de diferença de critérios de admissão e promoção, por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, militância sindical, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física, condição social ou outros motivos discriminatórios;

XIX - proibição de qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos;

XX - proibição de trabalho em atividades insalubres e perigosas, salvo se autorizado em convenção ou acordo coletivo;

XXI - proibição de distinção de direitos por trabalho manual, técnico ou intelectual, quanto à condição de trabalhador ou entre os profissionais respectivos;

XXII - proibição de locação de mão-de-obra e de contratação de trabalhadores avulsos ou temporários para a execução de trabalho de natureza permanente ou sazonal;

XXIII - proibição de remuneração integralmente variável dependente de produção do empregado, garantindo-se sempre um salário fixo como parte dela;

XXIV - cômputo integral de qualquer tempo de serviço comprovado, não concomitante, prestado nos setores público e privado, para todos os efeitos;

XXV - proporção mínima de 9/10 (nove décimos) de empregados brasileiros;

XXVI - assistência integral à saúde;

XXVII - garantia de manutenção de creche e escola maternal pelos empregadores, para os filhos e dependentes menores de seus empregados; e pelo estado no caso dos trabalhadores rurais autônomos;

XXVIII - previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez, maternidade, morte, reclusão, desaparecimento, seguro-desemprego e seguro contra acidentes de trabalho, mediante contribuição da União do empregador e do empregado; inclusive para os trabalhadores rurais autônomos;

XXIX - aposentadoria, com renumeração igual à da atividade, garantido o reajustamento para preservação de seu valor real;

a) com 30 (trinta) anos de trabalho, para o homem;

b) com 25 (vinte e cinco) para a mulher;

c) com tempo inferior ao das alíneas acima, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento penoso, insalubre ou perigoso;

XXX - aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais autônomos, sendo:

a) aos 55 anos de idade para os homens;

b) aos 50 anos de idade para as mulheres.

XXXI - é garantida a liberdade sindical aos trabalhadores através da livre organização, constituição, e regulamentação interna de entidades sindicais.

Art. - A Justiça do Trabalho poderá normatizar e as entidades sindicais poderão estabelecer acordos, em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho previstas nesta Seção.

Autor: José Antonio Rosa e outros (400.000 subscritores)

Entidades responsáveis:

- Instituto Nacional de Formação - Central Única dos Trabalhadores;
- Associação Nacional de Cooperação Agrícola/INCA - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra;

- Comissão Pastoral da Terra.

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

EMENDA POPULAR No. PE 54- 7, de 1987

"Dispõe sobre os direitos dos trabalhadores".

Entidades Responsáveis:

- Instituto Nacional de Formação - Central Única dos Trabalhadores;

- Associação Nacional de Cooperação Agrícola

- ANCA Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

- Comissão Pastoral da Terra.

Relator: Constituinte Bernardo Cabral

Subscrita por 400.000 eleitores e apresentada por três entidades associativas, a presente emenda tem por objetivo dotar o futuro texto constitucional de previsão analítica dos direitos dos trabalhadores.

Como, nesta fase dos trabalhos, compete a este Colegiado analisar a proposta apenas em seus aspectos formais considerando que a iniciativa sob exame, segundo informações da Secretaria, atente às exigências previstas no art. 24 do Regimento Interno para sua regular tramitação, meu parecer é no sentido de que esta comissão se manifeste pelo recebimento da Emenda Popular no. PE00054-7, reservada a apreciação de mérito para a ocasião própria.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

A presente Emenda Popular propõe redação para os itens relativos aos direitos dos trabalhadores, liberdade sindical, greve e poder normativo da Justiça do Trabalho.

Com alterações na formulação de cada item, pretendemos aproveitar em nosso Substitutivo as seguintes propostas: salário-mínimo, salário-família, salário de trabalho noturno superior ao diurno, 13o. salário, participação nos lucros remuneração maior para o serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, gozo de férias anuais renumeradas, licença remunerada à gestante, FGTS, reconhecimento das convenções coletivas e obrigatoriedade da negociação coletiva, greve, higiene e segurança do trabalho, proibição de trabalho a menor de 14 anos, proibição de locação de mão-de-obra permanente, proibição de remuneração exclusivamente variável, creche e escola maternal para os filhos dos empregados, seguridade social, aposentadoria, liberdade sindical.

Em resumo, a maioria dos direitos propostos conta com nosso apoio. Reservamo-nos apenas a prerrogativa de dar a cada um deles a forma que permita a respectiva viabilização no terreno da realidade social e econômica.

Somos pela aprovação parcial da presente Emenda Popular.

EMENDA:20746 APROVADA

Fase:

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EMENDA POPULAR (/)

Texto:

Emenda No. Popular

Inclui, onde couber, no Capítulo II (Dos Direitos e Liberdades Sociais) , do Título II (Dos Direitos e Liberdades Fundamentais) , os seguintes dispositivos :

"Art. - A Constituição assegura aos

trabalhadores e aos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, independente de lei, os seguintes direitos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - salário mínimo real, nacionalmente unificado, capaz de satisfazer efetivamente às suas necessidades normais e às de sua família, a ser fixado pelo Congresso Nacional. Para a determinação do valor do salário mínimo, levar-se-ão em consideração as despesas necessárias com alimentação, moradia, vestuário, higiene, transporte, educação, lazer, saúde e previdência social;

II - salário-família, à razão de 20% (vinte por cento) do salário mínimo, por filho ou dependente menor de 14 (quatorze) anos, bem como ao filho menor de 21 (vinte e um) e ao cônjuge desde que não exerçam atividade econômica, e ao filho inválido de qualquer idade;

III - salário de trabalho noturno superior ao diurno em pelo menos 50% (cinquenta por cento), independente de revezamento, das 18 (dezoito) às 6 (seis) horas, sendo a hora noturna de 45 (quarenta e cinco) minutos;

IV - direito a um décimo terceiro salário, com base na remuneração integral, pago em dezembro de cada ano;

V - participação direta nos lucros ou no faturamento da empresa;

VI - alimentação custeada pelo empregador, servida no local de trabalho, ou em outro de mútua conveniência;

VII - reajuste automático mensal de salários, remuneração, pensões e proventos de aposentadoria, pela variação do índice do custo de vida;

VIII - duração máxima da jornada diária não excedente de 8 (oito) horas, com intervalo para repouso e alimentação, e semanal de 40 (quarenta);

IX - remuneração em dobro nos serviços emergenciais ou nos casos de força maior;

X - repouso remunerado nos sábados, domingos e feriados, civis e religiosos de acordo com a

tradição local, ressalvados os casos de serviços indispensáveis, quando o trabalhador deverá receber pagamento em dobro e repouso em outros dias da semana, garantido o repouso de pelo menos dois fins de semana ao mês;

XI - gozo de férias anuais de pelo menos 30 (trinta) dias, com pagamento igual ao dobro da remuneração mensal;

XII - licença remunerada da gestante, antes e depois do parto, ou no caso de interrupção da gravidez, com período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias;

XIII - estabilidade desde a admissão no emprego, salvo o cometimento de falta grave comprovada judicialmente;

XIV - fundo de garantia por tempo de serviço, que poderá ser levantado pelo trabalhador em qualquer caso de rescisão do contrato de trabalho;

XV - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva;

XVI - greve, que não poderá sofrer restrições na legislação; sendo vedado às autoridades públicas, inclusive judiciárias, qualquer tipo de intervenção que possa limitar esse direito; é proibido o locaute;

XVII - higiene e segurança do trabalho;

XVIII - proibição de diferença de salário por trabalho igual, qualquer que seja o regime jurídico do prestador, inclusive nos casos de substituição ou sucessão do trabalhador, bem como proibição de diferença de critérios de admissão e promoção, por motivo de raça, cor, sexo, religião, opinião política, militância sindical, nacionalidade, idade, estado civil, origem, deficiência física, condição social ou outros motivos discriminatórios;

XIX - proibição de qualquer trabalho a menor de 14 (quatorze) anos e de trabalho noturno aos menores de 18 (dezoito);

XX - proibição de trabalho em atividades insalubres e perigosas, salvo se autorizado em convenção ou acordo coletivo;

XXI - proibição de distinção de direitos por trabalho manual, técnico ou intelectual, quanto à condição de trabalhador ou entre os profissionais respectivos;

XXII - proibição de locação de mão-de-obra e de contratação de trabalhadores avulsos ou temporários para a execução de trabalho de natureza permanente ou sazonal;

XXIII - proibição de remuneração integralmente variável dependente da produção do empregado, garantindo-se sempre um salário fixo como parte dela;

XXIV - proibição da caracterização como renda, para efeitos tributários, da remuneração mensal até o limite de 20 (vinte) salários mínimos;

XXV - não incidência da prescrição no

curso do contrato de trabalho , até dois anos de sua cessação;

XXVI - seguro desemprego até a data do retorno à atividade, para todo o trabalhador que, por motivo alheio a sua vontade, ficar desempregado;

XXVII - acesso, por intermédio das organizações sindicais ou comissões por local de trabalho, às informações administrativas e aos dados econômico-financeiros dos setores, empresas ou órgãos da administração pública, direta e indireta;

XXVIII - Organização de comissões por local de trabalho, para a defesa de seus interesses e intervenção democrática, seja nas empresas privadas e públicas, seja nos órgãos da administração direta ou indireta, tendo os membros das comissões a mesma proteção legal garantida aos dirigentes sindicais;

XXIX - cômputo integral de qualquer tempo de serviço comprovado, não concomitante, prestados nos setores público e privado, para todos os efeitos;

XXX - proporção mínima de 9/10 (nove décimos) de empregados brasileiros;

XXXI - garantia de manutenção de creche e escola maternal pelos empregadores, para os filhos e dependentes de seus empregados, até no mínimo 6 (seis) anos de idade;

XXXII - Previdência social nos casos de doença, velhice, invalidez, maternidade, morte, reclusão, desaparecimento, seguro desemprego, e seguro contra acidentes de trabalho, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado;

XXXIII - aposentadoria, com remuneração igual à da atividade, garantido a reajustamento para preservação de seu valor real:

a) - com 30 (trinta) anos de trabalho, para o homem;

b) - com 25 (vinte e cinco) para a mulher;

c) - com tempo inferior ao das alíneas acima, pelo exercício de trabalho noturno, de revezamento , penoso , insalubre ou perigoso.

Art. - A Justiça do Trabalho poderá normatizar e as entidades sindicais poderão estabelecer acordos, em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho previstas nesta Seção e nas normas coletivas de trabalho.

Art. - É assegurada a participação dos trabalhadores, em paridade de representação com os empregadores, em todos os órgãos, organismos, fundos e instituições onde seus interesses profissionais sociais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Justificativa

A presente proposta foi elaborada por parlamentares, dirigentes sindicais, advogados trabalhistas, em trabalho organizado pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, a nível suprapartidário, contando com a participação direta de dirigentes e assessoras das Centrais Sindicais (CGT, CUT e USI), das Confederações Nacionais de Trabalhadores (CONTAG, CNTC, CONTCOP, CONTEC, CNTI, CNTTMFA, CNNT, CNPL), e das entidades nacionais que representam os servidores públicos (ANDES, CPB, CSPB, FENASPS e FASUBRA).

A proposta considera, inicialmente, a inclusão dos servidores públicos civis, federais, estaduais e municipais, não se estabelecendo distinções entre as várias categorias de trabalhadores.

Estabeleceu-se, também, que as várias independem de lei, evitando-se as conhecidas situações em que a previsão constitucional permanece ao longo de décadas sem regulamentação. Paralelamente, no artigo seguinte fixou-se a possibilidade de Justiça do Trabalho normatizar situações não previstas ou que requeiram tratamento especial.

A maior parte dos itens enumerados independem de justificação face à obviedade do que se pretende e da legitimidade incontestada.

Destacam-se, no entanto, alguns pontos.

É inadmissível que não se incluam nos elementos que devem compor o salário mínimo parcelas para o atendimento de educação, lazer, saúde e previdência social. A não inclusão importaria em se admitir que os trabalhadores não precisam de recursos para o tratamento dessas exigências de vida digna. Ainda quanto ao salário mínimo, deve caber ao Congresso Nacional, como instituição diferente ligada ao povo, a aprovação dos valores corretos. Obviamente que, aprovado o texto constitucional, deverá o Congresso estruturar-se tecnicamente para o atendimento desse encargo.

Quanto ao salário-família a parcela atual de 5% (cinco por cento) é mais do que insignificante redundando no grau de desnutrição e mortalidade infantil existente.

O trabalho noturno é profundamente penoso, devendo ser estabelecida uma redução da jornada, um pagamento majorado e uma abrangência maior do seu período. As horas da noite, mesmo antes das 22 (vinte duas) horas, não devem ser destinadas ao trabalho.

A alimentação, no intervalo de repouso, deve uma responsabilidade do empregador. O empregado deve trabalhar devidamente alimentado, e as facilidades do empregador em organizar um restaurante, ou de contratar o fornecimento de alimentação, são muito simples se comparadas com as dificuldades do trabalhador em buscar um restaurante ou em trazer marmita.

O reajuste salarial automático é princípio basilar, por qualquer ângulo que se examine a questão. O trabalhador recebe o seu salário para o atendimento de suas necessidades, não podendo ser evitado mês o seu poder aquisitivo.

A jornada de trabalho de 48 (quarenta e oito) é excessiva, não se podendo compreender a sua manutenção. Grande parte das atividades já goza do benefício da jornada de 40 (quarenta) horas, não sendo justo que outra parcela respeitável seja submetida a uma jornada de sacrifício. A jornada de 48 (quarenta e oito) horas não é aceita na maior parte de países do mundo.

As horas extras devem ser suprimidas, só se admitindo qualquer prestação de serviços, além do horário normal majorado que desestimule a criação de condições que possam ser consideradas como emergenciais.

O repouso remunerado, semanal, como consequência da jornada de 40 (quarenta) horas, deve abranger normalmente o sábado e o domingo. Mesmo nas atividades em que o serviço nesses dias seja indispensável, deve ser resguardado o direito do gozo de pelo menos dois fins de semana.

As férias, pelas assistências atuais, são praticamente inexistentes, apesar do mandamento constitucional. Os salários são habitualmente baixos e estão totalmente comprometidos com os encargos mensais, não restando qualquer parcela que o trabalhador possa efetivamente dispensar no gozo de férias.

A licença remunerada da gestante deve, obviamente, alcançar as hipóteses de interrupção da gravidez.

O sistema vigente de opção entre a estabilidade e o fundo de garantia por tempo de serviço representa, na verdade, uma submissão do trabalhador ao regime do fundo. Sempre que forças diferentes e anatómicas são colocadas frente a frente, deixando-se as partes em liberdade, privilegia-se o mais forte que fará impor a sua vontade. A estabilidade deve ser consagrada como direito, amplamente, independentemente de depósitos que sirvam de garantia de tempo de serviço, que só será válido nos serviços cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, nas atividades empresariais de caráter transitório e nos contratos de experiência. O trabalho é obrigação social e o trabalhador não deve ficar desprotegido, admitindo-se como ocorre na legislação atual, a rescisão contratual ilimitada.

A greve é um fato social que não comporta limitação legal. A história revela paralizações desde escravos, no tempo da escravidão, até greve de magistrados. Na sistemática brasileira a Justiça do Trabalho é utilizada como instrumento cerceador do direito de greve. É imprescindível que não se permita a manutenção dessa situação, delegando-se à Justiça do trabalho o seu magno papel de fazer efetivamente justiça social. O locaute não deve ser admitido, porque dirige-se ao Estado e não às relações às relações de trabalho.

É um absurdo que se possa considerar como válida a prestação de serviços por um menino de até 13 (treze) anos de idade.

Até essa idade em hipóteses nenhuma deve ser permitida a prestação de serviços. Se os salários dos pais são baixos é preciso que sejam aumentados diretamente, mas que não seja admitida a exploração da mão de obra de crianças.

A locação de mão de obra é uma forma de exploração do trabalho alheio, permite a intermediação, o aviltamento do seu valor e a exploração do trabalhador. A execução de trabalhos permanentes por trabalhadores avulsos ou temporários caracteriza-se em verdadeira fraude. Se o trabalho é permanente, não há razão para que o trabalhador também não o seja. O produtor rural que desenvolver atividades sazonais, deve necessariamente, diversificar a sua produção, cuidando que haja trabalho em todos os períodos do ano. O que não tem sentido é o estabelecimento de monoculturas, com períodos de trabalho e períodos de fome.

Não se deve admitir que o salário dependa integralmente da produção do trabalhador, devendo, sempre, ser garantida uma parcela fixa.

O trabalhador aposentado deve receber os mesmos valores que auferia quando em atividade, sem qualquer decréscimo em sua situação de vida e o valor estabelecido deve ser preservado atualizando-se na conformidade com o aumento do custo de vida mantido o seu valor real.

A justificação é feita sinteticamente, mas a matéria é toda da maior relevância. Não se pode admitir o estabelecimento de normas constitucionais, que certamente alcançarão o século XXI, preservando-se o grau de miséria e abandono da classe trabalhadora. A classe empresarial, em grande parte, quer apenas o lucro fácil e rápido, em ambição desmedida. Os constituintes que subscrevem a presente proposta estão certos que não será admitida a preservação desse estado de exploração dos trabalhadores e que a nova Constituição honrará ao Congresso Constituinte e a Nação Brasileira.

AUTOR: ANTONINA SANTOS BARBOSA E OUTROS (272.624 subscritores)

ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

- CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES;
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ADESSORIA PARLAMENTAR, e
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Parecer:

Esta emenda popular propõe uma redação completa para o Capítulo dos Direitos Sociais dos trabalhadores e servidores públicos dos três níveis, além de duas normas, uma sobre o poder normativo da Justiça do Trabalho e dos acordos coletivos celebrados por entidades sindicais e a outra sobre a participação dos trabalhadores nas instituições onde seus interesses possam ser objeto de discussão e deliberação.

Praticamente todos os direitos alinhados serão contemplados em nosso substitutivo. Cabe-nos, por questão de honestidade e responsabilidade, consagrar esses direitos sob a forma de preceitos afirmadores de sua existência no quadro jurídico-constitucional do país, conforme exige a natureza da Constituição, despidos, todos eles, de detalhamentos quantitativos, seguramente conjunturais, que compete ao legislador ordinário regular, dentro dos parâmetros da necessidade social e da possibilidade econômica do momento histórico.

Arrolamos, em nosso substitutivo, o seguinte:

contrato de trabalho protegido contra a dispensa imotivada ou sem justa causa, seguro-desemprego, fundo de garantia do tempo de serviço, salário mínimo, irredutibilidade do salário ou vencimento, garantia de salário fixo quando houver remuneração variável, gratificação natalina, salário do trabalho noturno superior ao diurno, participação nos lucros da empresa, salário-família, jornada de trabalho máxima, jornada reduzidas nos turnos ininterruptos, repouso remunerado, remuneração majorada para o serviço extraordinário, gozo de férias anuais remuneradas, licença remunerada à gestante, saúde e segurança do trabalho, redução dos riscos de insalubridade e periculosidade bem como adicional de remuneração nas atividades em que eles existam, proibição de trabalho noturno ou insalubre aos menores de 18 anos, proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos exceto na condição de aprendiz, proibição de intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, assistência aos filhos dos trabalhadores até 6 anos de idade, reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva, participação dos trabalhadores nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação, seguro contra acidentes do trabalho e doenças profissionais, extensão de novos direitos aos empregados domésticos, liberdade de associação profissional ou sindical e liberdade de exercício do direito de greve.

Ao todo são quase trinta direitos constitucionalmente estabelecidos, cuja concretização caberá ao

legislador ordinário regular de uma forma tanto mais avançada, quanto mais por eles os trabalhadores lutarem no momento da regulamentação de cada um.
Sentimo-nos satisfeito de poder acolher de modo quase integral uma Emenda como esta, nascida do seio do povo.
Se alguma vantagem arrolada na Emenda não foi contemplada, é porque mostra-se inviável diante da realidade e pior agiríamos se nos transformássemos em veículo de utopias.
Nos termos dos direitos atrás enunciados, somos pela aprovação da maioria dos direitos postulados.

FASE O

EMENDA:21300 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CHAGAS RODRIGUES (PMDB/PI)

Texto:

Emenda Aditiva

Ao Art. 7o., inciso XIV,

Na parte final, onde se lê:

"... conforme convenção".

Leia-se:

"... nos termos da lei ou de convenção coletiva".

Justificativa:

A remuneração do "serviço extraordinário" não deve ser disciplinada apenas por "convenção".

Também deve ser objeto de lei. Ademais, a expressão "nos termos da lei ou de convenção coletiva" já figura na parte final do inciso XVI, do mencionado art. 7º, inciso que trata da "licença remunerada à gestante".

Parecer:

A prática do serviço extraordinário e as condições de sua efetivação constituem matérias altamente diferenciadas, conforme regiões e ramos de produção. Optamos, por essa razão, por deixar à convenção coletiva, resultado de negociação entre as partes interessadas, sua regulação. Qualquer determinação legal, restringiria a negociação desejada, ou mesmo a impediria.

EMENDA:22695 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO PAIM (PT/RS)

Texto:

Modifique-se o inciso XIV, do artigo 7o., do

Projeto de Constituição, substitutivo do relator,

pela seguinte redação:

Inciso: proibição de serviço extraordinário,

salvo os casos emergenciais ou de força maior, com

remuneração em dobro;

Justificativa:

A proposta visa inibir a imposição de jornadas estafantes além daquela prevista na lei ou em convenções coletivas.

Parecer:

A nosso ver, a proibição do serviço extraordinário perde sua eficácia quando ressalvados casos, não definidos, de emergência ou força maior. Consideramos preferível explicitar que o serviço

extraordinário poderá efetuar-se quando previsto em convenção coletiva, ou seja, cabe a empregadores e empregados decidir da oportunidade ou necessidade do trabalho extraordinário. Da mesma forma, julgamos conveniente determinar no texto constitucional apenas a remuneração superior por esse tipo de trabalho. O montante do acréscimo deve, também, em nossa opinião, surgir do confronto das posições dos grupos diretamente interessados. Poderá, dependendo do caso, ser superior ou não ao dobro proposto pelo autor.

EMENDA:22821 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ENOC VIEIRA (PFL/MA)

Texto:

Emenda Modificativa:

Dê-se aos incisos XIV e XX do Art. 7o., a seguinte redação:

Art. 7o.

XIV - remuneração superior ao normal no serviço extraordinário, conforme convenção;

XX - aposentadoria pela previdência social oficial e privada complementar;

Justificativa:

O direito que o inciso XIV deve assegurar é a REMUNERAÇÃO SUPERIOR AO NORMAL, ao trabalhador que vier a ser exigido em sobre esforço da jornada normal.

A redação do Substitutivo dá ênfase ao serviço extraordinário, como um direito do trabalhador, como se o trabalho adicional à jornada fosse um privilégio a ser protegido constitucionalmente. Mantida a redação ficaria o trabalhador "obrigado" por força do texto constitucional à prestação de serviços extraordinários, quando o normal, o justo, será o de prestá-lo apenas e tão somente em caráter de excepcionalidade e com onerosidade para o empregador.

Inverte-se a redação, para que fique constando ser direito do trabalhador a REMUNERAÇÃO SUPERIOR e não a obrigação da prestação de jornada suplementar.

Por sua vez a modificação do inciso XX se torna imperiosa, tendo em vista a legislação e a situação fática existente no País, com mais de 6.000.000 (seis milhões) de beneficiários da previdência privada complementar.

Praticamente todos os países desenvolvidos industrialmente têm implantado os planos de previdência privada complementar, com duplo objetivo:

I – permitir um considerável desafogo nos encargos da previdência social, por ser inconteste que as maiores aposentadorias geram proporcionalmente maiores encargos ao sistema oficial, liberam-se assim, recursos, para a universalização dos benefícios na seguridade social.

II – permitir ao contingente de maior poder aquisitivo financiar, adicionalmente, sua aposentadoria complementar, seguindo o princípio de justiça social de autofinanciamento de benefícios suplementares aos oficiais por uma auto-poupança, que certamente irá estimular o desenvolvimento da economia nacional.

Parecer:

O inciso XIV do artigo 7o. assegura, textualmente, uma "remuneração superior" à normal para a realização do serviço extraordinário. A Emenda diz o mesmo, apenas, mudando a formulação do texto. Além disso, propõe que se inclua no inciso XX a referência à previdência Social privada. Não nos parece correto, porquanto ao Estado só deve competir a garantia da previdência oficial.

EMENDA:22923 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MATHEUS IENSEN (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se aos incisos XIV e XX do Art. 7o., a seguinte redação:

Art. 7o. -

XIV - remuneração superior ao normal no serviço extraordinário, conforme convenção;

XX - aposentadoria pela previdência social oficial e privada complementar;

Justificativa:

O direito que o inciso XIV deve assegurar é a REMUNERAÇÃO SUPERIOR AO NORMAL, ao trabalhador que vier a ser exigido em sobre esforço da jornada normal.

A redação do Substitutivo dá ênfase ao serviço extraordinário, como um direito do trabalhador, como se o trabalho adicional à jornada fosse um privilégio a ser protegido constitucionalmente. Mantida a redação ficaria o trabalhador "obrigado" por força do texto constitucional à prestação de serviços extraordinários, quando o normal, o justo, será o de prestá-lo apenas e tão somente em caráter de excepcionalidade e com onerosidade para o empregador.

Inverte-se a redação, para que fique constando ser direito do trabalhador a REMUNERAÇÃO SUPERIOR e não a obrigação da prestação de jornada suplementar.

Por sua vez a modificação do inciso XX se torna imperiosa, tendo em vista a legislação e a situação fática existente no País, com mais de 6.000.000 (seis milhões) de beneficiários da previdência privada complementar.

Praticamente todos os países desenvolvidos industrialmente têm implantado os planos de previdência privada complementar, com duplo objetivo:

I – permitir um considerável desafogo nos encargos da previdência social, por ser incontestável que as maiores aposentadorias geram proporcionalmente maiores encargos ao sistema oficial, liberam-se assim, recursos, para a universalização dos benefícios na seguridade social.

II – permitir ao contingente de maior poder aquisitivo financiar, adicionalmente, sua aposentadoria complementar, seguindo o princípio de justiça social de autofinanciamento de benefícios suplementares aos oficiais por uma auto-poupança, que certamente irá estimular o desenvolvimento da economia nacional.

Parecer:

O inciso XIV do artigo 7o assegura, textualmente, uma "remuneração superior" à normal para a realização do serviço extraordinário. A Emenda diz o mesmo, apenas, mudando a formulação do texto. Além disso, propõe que se inclua no inciso XX a referência à previdência Social privada. Não nos parece correto, porquanto ao Estado só deve competir a garantia da previdência oficial.

EMENDA:23220 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

O inciso XIV do artigo 7o, do Substitutivo ao Projeto de Constituição deve ter a seguinte redação:

XIV - proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou força maior com remuneração em dobro;

Justificativa:

A emenda visa reintroduzir a proibição do trabalho extraordinário, salvo casos excepcionais, como aprovada pela Comissão da Ordem Social.

A possibilidade do serviço extraordinário, além de possibilitar a exposição do trabalhador a uma carga laborativa excessiva, conspira contra os trabalhadores em geral, porque contribuem para a limitação da oferta de emprego, uma vez que novas vagas seriam aproveitadas, pelas empresas, com a utilização do serviço extraordinário de empregados do seu quadro.

Parecer:

A nosso ver, a proibição do serviço extraordinário perde sua eficácia quando ressalvados casos,

não definidos, de emergência ou força maior. Consideramos preferível explicitar que o serviço extraordinário poderá efetuar-se quando previsto em convenção coletiva, ou seja, cabe a empregadores e empregados decidir da oportunidade ou necessidade do trabalho extraordinário. Da mesma forma, julgamos conveniente determinar no texto constitucional apenas a remuneração superior por esse tipo de trabalho. O montante do acréscimo deve, também, em nossa opinião, surgir do confronto das posições dos grupos diretamente interessados. Poderá, dependendo do caso, ser superior ou não ao dobro proposto pelo autor.

EMENDA:23400 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURÍCIO CAMPOS (PFL/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: artigo 7o. Inciso XIV

O Inciso XIV do Art. 7o. passa a ter a seguinte redação:

"Serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme Lei, Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho".

Justificativa:

Existem inúmeras categorias de Trabalhadores e Empregadores em diversas localidades deste imenso País sem representação sindical. Logo é de fundamental importância que o serviço extraordinário seja regulamentado em Lei.

Parecer:

Entendemos que as condições de prestação de serviço extraordinário devem, em nossa opinião, surgir do processo de negociação entre empregadores e empregados, expressar-se em convenção e ter, portanto, como requisito, a aquiescência dos trabalhadores.

No que toca à inclusão de acordos coletivos de trabalho, entendemos que, na terminologia do direito constitucional, convenção coletiva de trabalho é sinônimo de contrato coletivo de trabalho e engloba, portanto, os acordos coletivos.

EMENDA:23674 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO KUSTER (PMDB/SC)

Texto:

Dê-se ao inciso XIV, do art. 7o., do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"XVV - proibição de serviço extraordinário, salvo os casos emergência ou força maior, com remuneração em dobro;"

Justificativa:

O texto proposto foi aprovado pela Comissão da Ordem Social e reflete com maior perfeição o posicionamento constitucional que deve ser adotado em relação às horas extraordinárias. A conquista da jornada de 8 horas diárias está na história da humanidade, com o sacrifício, morte e sangue de muitos trabalhadores no mundo inteiro. O próprio dia 1º de maio, comemorando mundialmente como o Dia do Trabalho relaciona-se com acontecimento histórico ocorrido em Chicago, quando trabalhadores foram massacrados em greve em que se pretendia a jornada de 8 horas diárias. Como é sabido alguns trabalhadores foram executados como consequência dessa greve. Hoje, decorrido um século, os trabalhadores brasileiros permanecessem, como regra,

submetidos a horas extraordinárias, forçando a uma jornada superior a 8 horas diárias. Se não for imposta pesada multa pela prestação de horas extras, a jornada superior a 8 horas permanecerá apesar do texto legal.

A negativa desse item representa a submissão dos trabalhadores a jornadas superiores às normais.

Parecer:

A nosso ver, a proibição do serviço extraordinário perde sua eficácia quando ressalvados casos, não definidos, de emergência ou força maior. Consideramos preferível explicitar que o serviço extraordinário poderá efetuar-se quando previsto em convenção coletiva, ou seja, cabe a empregadores e empregados decidir da oportunidade ou necessidade do trabalho extraordinário. Da mesma forma, julgamos conveniente determinar no texto constitucional apenas a remuneração superior por esse tipo de trabalho. O montante do acréscimo deve, também, em nossa opinião, surgir do confronto das posições dos grupos diretamente interessados. Poderá, dependendo do caso, ser superior ou não ao dobro proposto pelo autor.

EMENDA:23693 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

DIONÍSIO DAL-PRÁ (PFL/PR)

Texto:

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO QUE SE QUER MODIFICAR

Artigo 7o. - Inciso XIV

Dê-se ao inciso XIV do artigo 7o. do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"XIV - serviço extraordinário, com remuneração superior à normal, conforme definido em lei ou em negociação coletiva;"

Justificativa:

A contratação de remuneração adicional poderá ser decorrente de lei além da negociação coletiva.

Parecer:

Entendemos que as condições de prestação de serviço extraordinário devem, em nossa opinião, surgir do processo de negociação entre empregadores e empregados, expressar-se em convenção e ter, portanto, como requisito, a aquiescência dos trabalhadores.

No que toca à inclusão de acordos coletivos de trabalho, entendemos que, na terminologia do direito constitucional, convenção coletiva de trabalho é sinônimo de contrato coletivo de trabalho e engloba, portanto, os acordos coletivos.

EMENDA:23912 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ALYSSON PAULINELLI (PFL/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 7o, inciso XIV

O inciso XIV do Art. 7o. passa a ter a seguinte redação:

"Serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme Lei, Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho."

Justificativa:

Existem inúmeras categorias de Trabalhadores e Empregadores em diversas localidades deste imenso País sem representação sindical. Logo é de fundamental importância que o serviço extraordinário seja regulamentado em Lei.

Parecer:

A exigência da regulamentação exclusiva da prática do serviço extraordinário deve ser entendida no contexto da plena liberdade sindical proposta no Substitutivo. Nele não permanecerão sem sindicato categorias que desejam organizar-se dessa forma. A possibilidade de regulação em lei, se efetivada, dispensaria a necessária aquiescência dos trabalhadores à prática do serviço extraordinário e às condições de sua efetivação.

EMENDA:25115 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

Texto:

Substitutivo do Relator

Emenda Modificativa

Dispositivo que se quer Modificar

Art. 7o. - Inciso XIV

Dê-se ao Inciso XIV do art. 7o. do Projeto de

Constituição a seguinte redação:

XIV - serviço extraordinário, com remuneração

superior à norma, conforme definido em lei ou em

negociação coletiva;

Justificativa:

A contratação de remuneração adicional poderá ser decorrente de lei além da negociação coletiva.

Parecer:

Somos de opinião que a prática do serviço extraordinário deve obedecer à aquiescência prévia dos trabalhadores, expressa em convenção, além da concessão de adicional compensatório de remuneração, acordado pelas partes.

Seria contraproducente tentar sanar possíveis impasses do processo de negociação obviando-o por meio da determinação legal.

EMENDA:25213 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

Texto:

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO QUE SE QUER MODIFICAR

Art. 7o. - Inciso XIV

Dê-se ao Inciso XIV do art. 7o. do Projeto de

Constituição a seguinte redação:

XIV - serviço extraordinário, com remuneração

superior à normal, conforme definido em lei ou em

negociação coletiva;

Justificativa:

A contratação de remuneração adicional poderá ser decorrente de lei além da negociação coletiva.

Parecer:

Somos de opinião que a prática do serviço extraordinário deve obedecer à aquiescência prévia dos trabalhadores, expressa em convenção, além da concessão de adicional compensatório de

remuneração, acordado pelas partes.

Seria contraproducente tentar sanar possíveis impasses do processo de negociação obviando-o por meio da determinação legal.

EMENDA:25363 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ZIZA VALADARES (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADA: Artigo 7o. Inciso XIV

O Inciso XIV do Art. 7o., passa a ter a seguinte redação:

"Serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme Lei, Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho".

Justificativa:

Existem inúmeras categorias de Trabalhadores e Empregadores em diversas localidades deste imenso País sem representação sindical. Logo é de fundamental importância que o serviço extraordinário seja regulamentado em Lei.

Parecer:

A exigência da regulamentação exclusiva da prática do serviço extraordinário deve ser entendida no contexto da plena liberdade sindical proposta no Substitutivo. Nele não permanecerão sem sindicato categorias que desejam organizar-se dessa forma. A possibilidade de regulação em lei, se efetivada, dispensaria a necessária aquiescência dos trabalhadores à prática do serviço extraordinário e às condições de sua efetivação.

EMENDA:25793 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Item XIV do art. 7o.

Dê-se ao item XIV do art. 7o. a seguinte redação:

Art. 7o.

"XIV - serviço extraordinário de, no máximo, duas horas diárias, salvo casos de força maior ou emergência, sempre com remuneração mínima superior a 50% em relação ao normal;"

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Parece-nos que a especificação das condições de prestação de serviço extraordinário, inclusive o montante de remuneração adicional devido, deve ser objeto de negociação direta entre os interessados e expressa em convenção coletiva.

Deve o texto constitucional assegurar apenas a remuneração superior e deixar os trabalhadores decidirem, em cada caso, se trabalham ou não além da jornada normal, por quanto tempo e por que remuneração.

EMENDA:26629 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ QUEIROZ (PFL/SE)

Texto:

Emenda ao Projeto de Constituição

Dê-se ao Art. 7o. a seguinte redação:

Título II

Dos Direitos e Liberdade Fundamentais

Capítulo II

Dos Direitos Sociais

"Art. 7o. - São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - garantia do direito ao trabalho mediante relação de emprego estável, na forma em que se dispuser em lei;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

IV - salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas e às de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, desporto, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social

V - reajuste de salários, remunerações, vencimentos, proventos e pensões, de modo a lhes preservar permanentemente o poder aquisitivo, sem prejuízo de sua elevação real mediante acordo ou sentença normativa;

VI - irredutibilidade de salário ou vencimento;

VII - garantia de salário fixo, nunca inferior ao salário mínimo, além da remuneração variável, quando esta ocorrer;

VIII - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho realizado;

IX - gratificação natalina, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano;

X - O salário do trabalho noturno será superior ao do diurno;

XI - proibição de diferença de salário ou vencimento e de critérios de admissão, dispensa e promoção por motivo de raça, cor, nascimento, etnia, sexo, idade, estado civil, natureza do trabalho, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, doença, militância sindical, deficiência de qualquer ordem e de qualquer particularidade ou condição social;

XII - salário-família aos dependentes dos trabalhadores que percebam até quatro salários mínimos, na base de percentual variável de vinte por cento a cinco por cento do salário mínimo, a partir do menor ao maior salário aqui compreendido, respectivamente.

XIII - participação nos lucros ou nas ações, desvinculada remuneração, conforme definido em lei

ou em negociação coletiva;

XIV - proporção mínima de nove décimos de empregadores brasileiros, em todas as empresas e em seus estabelecimentos, salvo as microempresas e as de cunho estritamente familiar;

XV - duração de trabalho não superior a quarenta e oito horas semanais, e não excedente a oito horas diárias, com intervalo para repouso e alimentação;

XVI - repouso semanal remunerado, de preferência aos domingos, e nos feriados civis e religiosos de acordo com a tradição local;

XXVII - proibido o serviço extraordinário, salvo negociação individual entre empregador e empregado, garantida remuneração superior àquela do horário normal e nos casos de emergência ou de força maior;

XVIII - gozo de trinta dias de férias anuais, com remuneração integral;

XIX - licença remunerada a gestante, antes e depois do parto, por período não inferior a cento e vinte dias;

XX - saúde e segurança do trabalho;

XXI - proibição de trabalho em atividades insalubres ou perigosas, salvo lei ou convenção coletiva que, além dos controles tecnológicos visando à eliminação do risco, promova a redução da jornada e um adicional de remuneração incidente sobre o salário contratual;

XXII - recusa ao trabalho em ambientes sem controle adequado de riscos, com garantia de permanência no emprego;

XXIII - proibição de trabalho noturno e insalubre aos menores de dezoito anos, e de qualquer trabalho e menores de quatorze anos;

XXIV - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva;

XXV - é garantida a liberdade sindical aos trabalhadores através da livre organização, constituição, e regulamentação interna de entidades sindicais;

XXVI - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;

XXVII - aposentadoria;

XXVIII - garantia de assistência, pelo empregador, aos filhos e dependentes dos empregados, de zero até seis anos de idade, em creches e pré-escolas, nas empresas privadas e órgãos públicos;

XXIX - garantia de permanência no emprego aos trabalhadores acidentados no trabalho ou portadores de doenças profissionais, nos casos definidos em lei, sem prejuízo da remuneração antes percebida;

XXX - seguro contra acidentes do trabalho;

XXXI - participação nas vantagens advindas da

modernização tecnológica e da automação, que não prejudicarão seus direitos adquiridos".

Justificativa:

A presente proposta visa inserir no texto constitucional disposições tendentes a assegurar aos trabalhadores a manutenção ou a conquista de direitos que, em todas as nações desenvolvidas e civilizadas, têm sido considerados fundamentais ao aperfeiçoamento das relações de emprego e ao sistema de produção.

Parecer:

A Emenda dá nova redação à maioria dos incisos do artigo 7o. sem, no entanto, desnaturar-lhes o sentido. De outra parte, acrescenta novos preceitos. Em que pese o valor da contribuição oferecida, preferimos adotar a redação atual do Substitutivo, fruto de um trabalho diuturno de aprimoramento dos textos anteriores e da aprovação de numerosas outras Emendas.

EMENDA:26754 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO CAMPOS (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 7o. Inciso XIV

O Inciso XIV do Art. 7o. passa a ter a seguinte redação:

"Serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme Lei, Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho."

Justificativa:

Existem inúmeras categorias de Trabalhadores e Empregadores em diversas localidades deste imenso País sem representação sindical. Logo é de fundamental importância que o serviço extraordinário seja regulamentado em Lei.

Parecer:

Entendemos que as condições de prestação de serviço extraordinário devem, em nossa opinião, surgir do processo de negociação entre empregadores e empregados, expressar-se em convenção e ter, portanto, como requisito, a aquiescência dos trabalhadores.

No que toca à inclusão de acordos coletivos de trabalho, entendemos que, na terminologia do direito constitucional, convenção coletiva de trabalho é sinônimo de contrato coletivo de trabalho e engloba, portanto, os acordos coletivos.

EMENDA:28841 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FLORICENO PAIXÃO (PDT/RS)

Texto:

-----EMENDA MODIFICATIVA

--DISPOSITIVO EMENDADO: INCISO XIV DO ARTIGO 7o.

Dê-se ao Inciso XIV ao art. 7o. do Substitutivo a seguinte redação:

Art. 7o.

" XVI - proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou de força maior, com remuneração em dobro".

Justificativa:

A emenda nada mais é do que a reprodução, no Substitutivo, do inciso XVII do Projeto do Relator da Comissão de Sistematização, que acolhera o texto aprovado pela respectiva Subcomissão e pela Comissão da Ordem Social e que foi, agora, injustificadamente alterado pelo mesmo relator.

Parecer:

A nosso ver, a proibição do serviço extraordinário perde sua eficácia quando ressalvados casos, não definidos, de emergência ou força maior. Consideramos preferível explicitar que o serviço extraordinário poderá efetuar-se quando previsto em convenção coletiva, ou seja, cabe a empregadores e empregados decidir da oportunidade ou necessidade do trabalho extraordinário. Da mesma forma, julgamos conveniente determinar no texto constitucional apenas a remuneração superior por esse tipo de trabalho. O montante do acréscimo deve, também, em nossa opinião, surgir do confronto das posições dos grupos diretamente interessados. Poderá, dependendo do caso, ser superior ou não ao dobro proposto pelo autor.

EMENDA:30548 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

Texto:

EMENDA SUPRESSIVA

Dispositivo Emendado: Inciso XIV do Artigo 7o.

Suprima-se do Projeto de Constituição:

O inciso XIV do Artigo 7o.

Justificativa:

Trata-se de matéria ordinária que regulamenta direitos de empregados, na sua relação empregatícia, que não poderão ser, inflexivelmente, tratados à nível de Constituição, e sim, em legislação ordinária.

Parecer:

Julgamos indispensável o texto constitucional subordinar a prática do serviço extraordinário à aquiescência dos trabalhadores, expressa em convenção coletiva e à remuneração adicional compensatória.

Somos, portanto, pela manutenção dessas duas garantias dos trabalhadores.

Pela rejeição.

EMENDA:31638 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

CARLOS CHIARELLI (PFL/RS)

Texto:

Emenda Modificativa.

Dispositivo Emendado: Art. 7o., inciso XIV.

Substitua-se o inciso XIV do art. 7o. pelo seguinte:

"XIV - Remuneração por serviço extraordinário superior ao normal, consoante acordo, convenção coletiva de trabalho ou disposição legal".

Justificativa:

A garantia de pagamento de acréscimo pela prestação de serviços extraordinários em relação ao trabalho normal, é direito indiscutível do trabalhador. Entretanto, faz indispensável o estímulo à negociação coletiva de trabalho. Por isso, estamos propondo que esse acréscimo se faça, preferentemente, mediante acordo entre as partes interessadas. Somente em caso de malogragem as negociações é que se recorrerá à Lei.

Acreditamos que com isso estaremos resguardando direitos e deveres de empregadores e empregados.

Parecer:

Entendemos que as condições de prestação de serviço extraordinário devem, em nossa opinião, surgir do processo de negociação entre empregadores e empregados, expressar-se em convenção e ter, portanto, como requisito, a aquiescência dos trabalhadores.

No que toca à inclusão de acordos coletivos de trabalho, entendemos que, na terminologia do direito constitucional, convenção coletiva de trabalho é sinônimo de contrato coletivo de trabalho e engloba, portanto, os acordos coletivos.

EMENDA:32177 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

Texto:

Emenda Substitutiva ao Capítulo II do Título II

Dos Direitos Sociais

Substitua-se o Texto Constante do Capítulo II

do Título II do Projeto de Constituição do Relator

Constituinte Bernardo Cabral, pela seguinte redação:

Título II

Capítulo II

Dos Direitos Sociais

Art. 5o. - São direitos dos trabalhadores:

I - contrato de trabalho

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do patrimônio individual:

VI - salário mínimo capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, na forma de lei;

V - Irredutibilidade de salário ou vencimento, salvo o disposto em lei, e convenção ou em acordo coletivo;

VI - garantia de salário fixo, nunca inferior ao salário mínimo, além de remuneração variável, quando esta ocorrer;

VII - gratificação natalina, como décimo terceiro salário, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano;

VIII - salário do trabalho superior ao do diurno;

IX - participação nos lucros desvinculada da remuneração, conforme definido em lei ou em lei ou em negociação coletiva;

X - salário família aos dependentes dos trabalhadores, nos termos da lei;

XI - duração diária do trabalho não superior a oito horas;

XII - repouso semanal remunerado;

XIII - serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme convenção;

XIV - saúde, higiene e segurança, incluindo normas para redução do risco inerente ao trabalho;

XV - gozo de férias anuais, na forma da lei, com remuneração integral;

XVI - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei ou de convenção coletiva;

XVII - adicional de remuneração para atividades consideradas insalubres ou perigosas;
 XVIII - aposentadoria;
 XIX - a lei assegurará aos filhos de empregados de empresas com mais de cem empregados a assistência aos seus filhos dependentes com até seis anos de idade, em creches e pré-escolas;
 XX – reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva;
 XXI - seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização prevista no direito comum em caso de culpa ou dolo do empregador;
 § 1o. - A lei protegerá o salário e punirá como crime a retenção definitiva ou temporária de qualquer forma de remuneração do trabalho realizado.
 § 2o. - É proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de quatorze anos.
 § 3o. São assegurados aos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos itens IV, V, VII, XII, XV e XVIII deste artigo, bem como a previdência social e aviso prévio de despedida, ou equivalente em dinheiro.
 Art. 6o. - É livre associação profissional ou sindical. A lei definirá as condições para seu registro perante o Poder Público e para sua representação nas convenções coletivas.
 § 1o. - A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
 § 2o. - É vedada ao Poder Público qualquer interferência na organização sindical.
 § 3o. - A lei não obrigará à filiação a sindicatos e ninguém será obrigado a manter filiação.
 § 4o - Se mais de uma entidade pretender representar a mesma categoria ou a mesma comunidade de interesse profissional, somente uma terá direito à representação nas convenções coletivas, conforme a lei, excluídos os sindicatos com base em uma única empresa.
 § 5o. - Aplicam-se aos sindicatos rurais os princípios adotados para os sindicatos urbanos, nas condições da lei.
 § 6o. - O Sindicato participará, obrigatoriamente, das negociações de acordos salariais.
 Art. 7o. - É livre a greve, na forma da lei, vedada a iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesse que deverão por meio dela defender.
 Parágrafo único na hipótese de greve, serão adotadas as providências que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Justificativa

Neste trabalho, respeitamos as qualidades inovadoras trazidas pela forma espontânea e democrática como surgiram os dispositivos contidos no Projeto. Tal como um diamante em bruto, para que elas se revelassem em toda a sua força, o texto precisava ser lapidado, retirando-se lhe a massas informe

das minúcias casuísticas, e, muitas vezes, as imperfeições surgidas pela fusão às vezes emotiva de matéria-prima ideológica.

No contexto da emenda que apresentamos quase nada acrescentamos ao já existente: procuramos apenas desbastar a pedra opaca para descobrir-lhe o brilho.

A presente emenda atende a ponderações sinceras do Senhor Relator. Dá ao texto da Constituição uma nova consistência: na redação, busca uma maior síntese, relegando as normas programáticas e reguladas às leis complementares ou ordinárias; no mérito, procura o fio filosófico nas raízes tradicionais da nossa Sociedade – a liberdade da pessoa, a democracia, a representação do povo pela tripartição dos poderes, e uma Ordem Econômica onde o Social e o Econômico se harmonizam para a construção de um grande país.

Acreditamos que na vigência desta Nova Constituição, da integração entre o trabalho e o capital surgirá um renovado surto de progresso e veremos a população brasileira, progressivamente, ascender a níveis de vida mais elevados.

Parecer:

Esclarece o ilustre autor, na justificação, que sua Emenda quase nada acrescenta ao já existente. Procura, apenas, "desbastar a pedra opaca para descobrir-lhes o brilho". Realmente a Emenda dá melhor redação a alguns dispositivos do capítulo, mantendo a sua maioria na forma com que está redigido.

EMENDA:32348 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ GERALDO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 7º inciso XIV

O inciso XIV do art. 7º. passa a ter a seguinte redação:

"Serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme lei, Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho".

Justificativa:

Existem inúmeras categorias de Trabalhadores e Empregadores em diversas localidades deste imenso País sem representação sindical. Logo é de fundamental importância que o serviço extraordinário seja regulamentado em Lei.

Parecer:

Entendemos que as condições de prestação de serviço extraordinário devem, em nossa opinião, surgir do processo de negociação entre empregadores e empregados, expressar-se em convenção e ter, portanto, como requisito, a aquiescência dos trabalhadores.

No que toca à inclusão de acordos coletivos de trabalho, entendemos que, na terminologia do direito constitucional, convenção coletiva de trabalho é sinônimo de contrato coletivo de trabalho e engloba, portanto, os acordos coletivos.

EMENDA:33620 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

EUCLIDES SCALCO (PMDB/PR)

Texto:

Dê-se ao Inciso XIV do art. 7º., a seguinte redação:

"Art. 7º. -

.....

XIV - serviço extraordinário com remuneração

superior ao normal, conforme convenção ou, na sua falta, a lei;"

Justificativa:

Faz-se necessário prever a hipótese de que, na falta de convenção, deve-se aplicar a lei para dar o direito à remuneração superior a todo e qualquer serviço extraordinário, e não somente àquele que for estipulado em convenção. Esse o objetivo da emenda.

Parecer:

Consideramos que a prática de serviço extraordinário deve obedecer, exclusivamente, à aquiescência dos trabalhadores, expressa em convenção, e ao pagamento de remuneração superior a título de compensação. Não cabe à lei, a nosso ver, tentar preencher eventuais claros deixados por malogro na negociação.

EMENDA:33745 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADEMIR ANDRADE (PMDB/PA)

Texto:

Emenda Modificativa:

Dispositivo Emendado: Art. 7o. - Item XIV

"Art. 7o. -

Item XIV - serviço extraordinário com remuneração em dobro;

Justificativa:

Com o estabelecimento de um salário mínimo compatível, o pagamento das horas extras em dobro é a única forma de conter a exploração que se faz com os trabalhadores, principalmente os que não têm classificação profissional.

Parecer:

Parece-nos que a especificação do montante de remuneração adicional por serviço extraordinário deve ser objeto de negociação direta entre os interessados e expressa em convenção coletiva. Deve o texto constitucional assegurar apenas a remuneração superior e deixar aos trabalhadores decidirem, em cada caso, se trabalham ou não além da jornada normal e por que remuneração.

EMENDA:33772 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ISRAEL PINHEIRO FILHO (PMDB/MG)

Texto:

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 7o. inciso XIV

O Inciso XIV do art. 7o. passa a ter a seguinte redação:

"Serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme Lei, Acordo ou convenção coletiva de Trabalho."

Justificativa:

Existem inúmeras categorias de trabalhadores e Empregadores em diversas localidades deste imenso País sem representação sindical. Logo é de fundamental importância que o serviço extraordinário seja regulamentado em Lei.

Parecer:

Entendemos que as condições de prestação de serviço extraordinário devem, em nossa opinião, surgir do processo de negociação entre empregadores e empregados, expressar-se em convenção e ter, portanto, como requisito, a aquiescência dos trabalhadores.

No que toca à inclusão de acordos coletivos de trabalho, entendemos que, na terminologia do direito constitucional, convenção coletiva de trabalho é sinônimo de contrato coletivo de trabalho e engloba, portanto, os acordos coletivos.

EMENDA:33966 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)

Texto:

Dê-se ao item XIV do art. 7º. esta redação:

Art. 7º.

XIV - serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, em pelo menos quarenta por cento, conforme convenção;

Justificativa:

Não se deve deixar à convenção, pura e simplesmente, estabelecer o percentual a ser acrescido ao salário, quando dos serviços extraordinários. É por demais conhecida a força do poder detido pelos empregadores. A Lei Maior deve oferecer efetiva proteção aos economicamente fracos, como são os trabalhadores.

Parecer:

Parece-nos que a especificação das condições de prestação de serviço extraordinário, inclusive o montante de remuneração adicional devido, deve ser objeto de negociação direta entre os interessados e expressa em convenção coletiva.

Deve o texto constitucional assegurar apenas a remuneração superior e deixar os trabalhadores decidirem, em cada caso, se trabalham ou não além da jornada normal, por quanto tempo e por que remuneração.

EMENDA:33996 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

Texto:

De acordo com o disposto no § 2º. do art. 23 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, dê-se ao Título II a seguinte redação, procedendo-se às alterações que se fizerem necessárias, no Substitutivo do Relator:

Título II

Dos Direitos e Liberdades Fundamentais

Capítulo I

Dos Direitos Individuais e Coletivos

[...]

Capítulo II

Dos Direitos Sociais

Art. 7º. Além de outros, são direitos dos trabalhadores:

I - contrato de trabalho protegido contra

despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia de tempo de serviço;

IV - salário mínimo capaz de satisfazer às

suas necessidades básicas e às de sua família, na forma da lei;

V - irredutibilidade real de salário ou vencimento, salvo o disposto em lei, em convenção ou em acordo coletivo;

VI - garantia de salário fixo, nunca inferior ao salário mínimo, além da remuneração variável, quando esta ocorrer;

VII - gratificação natalina, como décimo terceiro salário, na forma da lei;

VIII - salário do trabalho noturno superior ao do diurno;

IX - participação nos lucros desvinculada da remuneração, conforme definido em lei ou em negociação coletiva;

X - salário família aos dependentes dos trabalhadores, nos termos da lei;

XI - jornada diária do trabalho não superior a oito horas, com intervalo para repouso e alimentação, salvo os casos especiais previstos em lei;

XII - repouso semanal remunerado;

XIII - serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme convenção;

XIV - gozo de férias anuais, na forma de lei, com remuneração integral;

XV - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei ou de convenção coletiva;

XVI - saúde, higiene e segurança do trabalho;

XVII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de medicina, higiene e segurança;

XVIII - adicional de remuneração para as atividades consideradas insalubres ou perigosas;

XIX - aposentadoria;

XX - assistência aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas pelo menos até seis anos de idade;

XXI - participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação, as quais não prejudicarão seus direitos adquiridos;

XXII - participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação, as quais não prejudicarão seus direitos adquiridos;

XXIII - seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização prevista no direito comum em caso de culpa ou dolo do empregador.

§ 1o. A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção definitiva ou temporária de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado.

§ 2o. É proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

[...]

Justificativa:

As alterações e a redação ora propostas, de dispositivos correlatos, contemplam os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro a representatividade constituinte de seus

signatários e a sistematização adequada a técnica legislativa nos termos dos debates e acordos efetuados, tendo em vista o Substitutivo do ilustre Relator.

Parecer:

O nobre Senador JOSÉ RICHA, com sólido apoio de outros ilustres Constituintes, traz a exame extensa emenda voltada para o Título II do Substitutivo. A proposição contempla os aspectos de mérito do tema - DOS DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS -, "as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa, nos termos dos debates e acordos efetuados", justificam seus autores.

A emenda constitui, sem dúvida, substantivo subsídio ao Relator, nesta fase de elaboração de seu segundo Substitutivo.

Pela aprovação parcial.

EMENDA:34358 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GERALDO CAMPOS (PMDB/DF)

Texto:

Dê-se ao inciso XIV do art. 7º., do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição, a seguinte redação:
"XIV - proibição de serviço extraordinário, salvo os casos de emergência ou força maior, com remuneração em dobro;".

Justificativa:

O texto proposto foi aprovado pela Comissão da Ordem Social e reflete com maior perfeição o posicionamento constitucional que deve ser adotado em relação às horas extraordinárias. A conquista da jornada de 8 horas diárias está na história da humanidade, com o sacrifício, morte e sangue de muitos trabalhadores no mundo inteiro. O próprio dia 1º de maio, comemorando mundialmente como o Dia do Trabalho relaciona-se com acontecimento histórico ocorrido em Chicago, quando trabalhadores foram massacrados em greve em que se pretendia a jornada de 8 horas diárias. Como é sabido alguns trabalhadores foram executados como consequência dessa greve. Hoje, decorrido um século, os trabalhadores brasileiros permanecessem, como regra, submetidos a horas extraordinárias, forçando a uma jornada superior a 8 horas diárias. Se não for imposta pesada multa pela prestação de horas extras, a jornada superior a 8 horas permanecerá apesar do texto legal.

A negativa desse item representa a submissão dos trabalhadores a jornadas superiores às normais.

Parecer:

A nosso ver, a proibição do serviço extraordinário perde sua eficácia quando ressalvados casos, não definidos, de emergência ou força maior. Consideramos preferível explicitar que o serviço extraordinário poderá efetuar-se quando previsto em convenção coletiva, ou seja, cabe a empregadores e empregados decidir da oportunidade ou necessidade do trabalho extraordinário. Da mesma forma, julgamos conveniente determinar no texto constitucional apenas a remuneração superior por esse tipo de trabalho. O montante do acréscimo deve, também, em nossa opinião, surgir do confronto das posições dos grupos diretamente interessados. Poderá, dependendo do caso, ser superior ou não ao dobro proposto pelo autor.

EMENDA:34788 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

Texto:

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO

(Substitutivo do Relator)

Dê-se, ao art. 257 a seguinte redação:

"Art. 257 A ordem social fundamenta-se no primado do trabalho, em busca da justiça social, alcançada, basicamente, na garantia, entre outros, dos seguintes direitos dos trabalhadores:

- I - contrato de trabalho protegido contra rescisão imotivada ou sem justa causa, por parte do empregador, nos termos da lei;
- II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;
- III - fundo de garantia de tempo de serviço;
- IV - salário mínimo capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, na forma da lei;
- V - irredutibilidade de salário ou vencimento, salvo o disposto em lei em convenção ou em acordo coletivo;
- VI - garantia de salário fixo, nunca inferior ao salário mínimo, além da remuneração variável, quando esta ocorrer;
- VII - gratificação natalina, como décimo terceiro salário, com base na remuneração integral de dezembro de cada ano;
- VIII - salário do trabalho noturno superior ao do diurno;
- IX - participação nos lucros desvinculada da remuneração, conforme definido em lei ou em negociação coletiva;
- X - salário família aos seus dependentes, nos termos da lei;
- XI - duração diária do trabalho não superior a oito horas;
- XII - jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento;
- XIII - repouso semanal remunerado;
- XIV** - serviço extraordinário com remuneração superior ao normal, conforme convenção;
- XV - gozo de férias anuais, na forma da lei, com remuneração integral;
- XVI - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, nos termos da lei ou de convenção coletiva;
- XVII - saúde, higiene e segurança do trabalho;
- XVIII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas, higiene e segurança;
- XIX - adicional de remuneração para as atividades consideradas insalubres ou perigosas;
- XX - aposentadoria;
- XXI - assistência aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas, pelo menos até os seis anos de idade;
- XXII - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação coletiva;
- XXIII - suprimido
- XXIV - seguro contra acidente do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir, no caso de culpa ou dolo deste, a indenização prevista no direito comum.

XXV - participação na gestão da empresa, conforme definido em lei ou em negociação coletiva.

§ 1o. A lei protegerá o salário, e definirá como crime a retenção definitiva ou temporária de qualquer forma de remuneração do trabalho já realizado.

§ 2o. É proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito anos, e qualquer trabalho a menores de doze anos.

§ 3o. São proibidas atividades de intermediação remunerada da mão-de-obra permanente, ainda que mediante locação, salvo os casos previstos em lei.

Justificativa:

A par das modificações de alguns dos itens e da inclusão de um específico, garantidor da participação dos trabalhadores na gestão da empresa, tem por objetivo a emenda, ainda, deslocar o catálogo dos direitos assegurados à classe trabalhadora para a ordem social, a exemplo do que ocorre na Constituição em vigor, visto como, não tendo a ver direitos com a generalidade dos direitos sociais em cuja seção se acham inseridos segundo o Projeto, melhor se situarão eles no Título da Ordem Social, encabeçando-a, e desde que o próprio primeiro artigo desse título afirma, peremptoriamente, que referida Ordem “fundamenta-se no primado do trabalho, em busca da justiça social”.

De referir, ao fim, na justificação da presente proposta de modificação do Projeto, que as alterações de alguns dos itens do art. 7º, cujas disposições propomos passem a figurar como art. 257, têm em vista apenas dar redação a nosso entender mais apropriada às preceituações objeto de modificações e, pois, sem afetação do seu mérito.

Parecer:

A Emenda propõe nova redação para os incisos que hoje consubstanciam o artigo 7o do Substitutivo. Preferimos manter o texto tal como está, junto, aliás da aprovação de numerosas Emendas sobre a matéria.

EMENDA:34909 REJEITADA

Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

FRANCISCO BENJAMIM (PFL/BA)

Texto:

O Art. 7o. do substitutivo do Projeto de Constituição passa a ter a seguinte redação:

Art. 7o. São direitos dos trabalhadores:

I. Contrato do trabalhador;

II.

III.

IV.

V. Suprimido.

VI. Garantia de salário fixo, nunca inferior ao salário mínimo;

VII.

VIII.

IX. Participação nos lucros, na forma da lei.

X. Salário família aos dependentes dos trabalhadores.

XI. Jornada diária de trabalho de oito horas.

XII.

XIII.

XIV. Serviço extraordinário com remuneração superior ao normal.

- XV.
 XVI. Licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.
 XVII.
 XVIII.
 XIX.
 XX.
 XXI. Assistência aos seus filhos e dependentes em creches e pré-escolas até seis anos de idade;
 XXII. Reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e da negociação coletiva.
 XXIII. Suprimido.
 XXIV: Seguro contra acidentes de trabalho.
 § 1o. Suprimido.
 § 2o.
 § 3o. Suprimido.

Justificativa:

Com a presente emenda procura-se modificar parte do capítulo dos direitos sociais, que nos parece excessivamente constitutivo das empresas que desenvolvam atividades econômicas. A excessiva regulamentação do assunto e o excesso de cláusulas restritivas da liberdade econômica inibe a livre iniciativa, sem a qual o país não pode se soerguer da grave crise econômica e social à qual está atrelado.

Parecer:

Propõe o autor da Emenda a supressão de diversos dispositivos do artigo 7o do Projeto sob o fundamento de que são cláusulas restritivas da liberdade econômica e inibidoras de livre iniciativa. Tivemos o cuidado de conferir uma a uma as supressões propostas e verificamos que nenhuma delas cria direito novo ou amplia o que já existe na tradição do nosso direito positivo. Cabe notar, ainda, que a inclusão dos referidos preceitos no texto constitucional resulta de centenas de Emendas aprovadas nesse sentido, nas fases anteriores do processo constituinte.

FASE S

EMENDA:00095 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PFL/SP)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao:

Artigo 7o. - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - garantia de emprego protegido contra despedida imotivada ou sem justa causa, nos termos da lei;

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.

III - fundo de garantia de tempo de serviço:

IV - salário-mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer às suas necessidade básicas de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim;

- V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- VI - irredutibilidade de salário ou vencimento, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
- VII - salário fixo, nunca inferior ao mínimo, se prejuízo na remuneração variável quando houver;
- VIII - décimo terceiro salário;
- IX - salário do trabalho noturno superior ao do diurno;
- X - participação nos lucros, desvinculados da remuneração, e na gestão da empresa, conforme definido em lei ou em negociação coletiva;
- XI - salário-família aos dependentes, nos termos da lei;
- XII - duração do trabalho normal não superior a quarenta e quatro horas semanais;
- XIII - jornada máxima de seis horas ininterruptas para o trabalho realizado em termos de revezamento;
- XIV - repouso semanal remunerado, aos domingos e feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local, salvo no caso de atividades essenciais definidas em lei;
- XV** - remuneração em dobro do serviço extraordinário;
- XVI - gozo de férias anuais, na forma de lei, com remuneração integral;
- XVII - licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração mínima de cento e vinte dias;
- XVIII - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, e direito a indenização, nos termos da lei;
- XIX - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
- XX - adicional de remuneração para as atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- XXI - informação a respeito das atividades e processos de trabalho que representem riscos à sua saúde, bem como dos métodos necessários aos respectivo controle;
- XXII - aposentadoria;
- XXIII - assistência gratuita aos filhos e dependentes, em creches e pré-escolas, de zero a seis anos de idade.
- XXIV - reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;
- XXV - participação nas vantagens advindas da modernização tecnológica e da automação, nos termos da lei;
- XXVI - seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
- XXVII - não incidência da prescrição no prazo inferior a cinco anos, contados da data de lesão ao direito originário de relação de emprego;
- XXVIII - proibição de diferença de salários e de critério de admissão por motivo de sexo, cor ou

estado civil;

XXIX - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

XXX - igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

§ 1o. - A lei protegerá o salário e definirá como crime a retenção de qualquer forma de remuneração do trabalho realizado:

§ 2o. - É proibido o trabalho noturno ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

§ 3o. - É proibido a intermediação remunerada de mão-de-obra permanente mediante locação, salvo os casos previstos em lei.

§ 4o. - O disposto no inciso I não se aplica à pequena empresa com até dez empregados.

Justificativa:

A emenda prevê o princípio da garantia de emprego, nos termos da lei, suprime a exigência da jornada diária máxima de oito horas, dá nova redação à exigência de repouso semanal remunerada e da jornada máxima de seis horas para termos de revezamento, prevê a imprescritibilidade no prazo de cinco anos e o direito a informação a respeito das atividades perigosas ou insalubres. Nos demais incisos mentem a redação do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Parecer:

Pela rejeição, nos termos do parecer oferecido à Emenda no. 2P02038-1.

EMENDA:01051 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JESSÉ FREIRE (PFL/RN)

Texto:

Dê-se a seguinte redação ao inciso XV, do art.

7o., do capítulo II, do Título II, a saber:

Inciso XV - Remuneração em dobro do serviço extraordinário, após a quarta hora trabalhada.

Justificativa:

A redação sugerida busca restabelecer uma remuneração extraordinária capaz de não agravar os custos operacionais, evitando-se o encarecimento decorrente do PROPOSTO, uma vez que, a prorrogação do trabalho não deve se constituir numa norma, mas, numa necessidade ocasional ditada por fatores não previstos.

Parecer:

A emenda do ilustre Constituinte visa alterar o inciso XV, do artigo 7o., no Projeto de Constituição, através da seguinte redação:

"Remuneração em dobro do serviço extraordinário, após a quarta hora trabalhada".

O texto apresentado não se compatibiliza com o espírito do Projeto.

Ao estabelecer uma remuneração cinquenta por cento acima do normal, bem como a permissão para, através de lei, acordo ou convenção, sem dúvida, impedirá uma maior flexibilidade das negociações, nas relações do trabalho.

Ante o exposto, somos pela rejeição.

EMENDA:01312 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

MAURO CAMPOS (PMDB/MG)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 7 - Inciso XV

Dê-se ao inciso XV do Artigo 7, a seguinte redação:

XV - Remuneração do trabalho extraordinário no mínimo superior a 50 % (cinquenta por cento), a do trabalho normal.

Justificativa

Estabelece uma remuneração mínima, para o trabalho extraordinário (50% acima da remuneração normal), mas não estabelece um teto, como no texto atual.

Assim, o Comando Constitucional proposto, permite que através de lei ou convenção coletiva, sejam estabelecidos patamares, inclusive, substancialmente superiores ao valor fixado pela Comissão de Sistematização.

Parecer:

A Emenda estabelece "a remuneração do trabalho extraordinário no mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), à do trabalho normal".

O dispositivo já se encontra parcialmente consagrado, faltando apenas a outra alternativa, que é através das convenções ou acordos coletivos.

Assim sendo, a proposta permite que através de lei, acordo ou convenção coletiva, sejam estabelecidos patamares, inclusive superiores ao valor fixado pelo Projeto.

Ante o exposto, somos pela aprovação.

EMENDA:01804 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ERALDO TINOCO (PFL/BA)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dispositivo Emendado: Art. 7o. e seus parágrafos.

Dê-se a seguinte redação ao Art. 7o. do

Projeto de Constituição, da Comissão de Sistematização:

Art. 7o. - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, nos termos desta Constituição, além de outros da mesma natureza dela decorrentes:

I - estabilidade no emprego, após doze meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa, e, nos casos de força maior, de indenização na forma da lei:

II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III - fundo de garantia do tempo de serviço;

IV - salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e

às de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim;

V - piso salarial conforme convenção ou acordo coletivo;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
 VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, sem prejuízo da remuneração variável, quando houver;
 VIII - décimo terceiro salário;
 IX - remuneração do trabalho noturno superior ao do diurno;
 X participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, na gestão da empresa, conforme definido em lei;
 XI - salário mínimo nacionalmente unificado, capaz de satisfazer às suas necessidades básicas e às de sua família, com reajustes periódicos de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo vedada sua vinculação para qualquer fim;
 V - piso salarial conforme convenção ou acordo coletivo;
 VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
 VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, sem prejuízo da remuneração variável, quando houver;
 VIII - décimo terceiro salário;
 IX - remuneração do trabalho noturno superior ao do diurno;
 X - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, na gestão da empresa, conforme definido em lei;
 XI - salário-família aos dependentes;
 XII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais;
 XIII - jornada especial de trabalho para turnos de revezamento, ininterruptos, conforme convenção ou acordo coletivo.
 XIV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
XV - serviço extraordinário com remuneração superior a cinquenta por cento em relação ao normal;
 XVI - gozo de férias anuais, com remuneração integral;
 XVII - licença à gestante, com duração de cento e vinte dias, sem prejuízo do emprego e do salário;
 XVIII - aviso prévio;
 XIX - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
 XX - adicional de remuneração para as atividades insalubres ou perigosas na forma da lei;
 XXI - aposentadoria;
 XXII - assistência gratuita aos filhos e dependentes até seis anos de idade, em creches e pré-escolas;
 XIII - reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
 XXIV - proteção em face da automação, na forma da lei;
 XXV - seguro contra acidente de trabalho, a cargo empregador;
 XXVI - imprescritibilidade da ação

trabalhista até dois anos após a violação do direito que ela assegure;

XXVII - proibição de diferença de salários e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXVIII - proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXIX - igualdade de direitos concernentes a seguridade social, entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

§ 1o. - A lei protegerá o salário e definirá como crime a sua retenção dolosa.

§ 2o. - É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz.

§ 3o. - A lei disporá sobre a intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, inclusive mediante locação.

§ 4o. - Os direitos sociais dos trabalhadores rurais, previstos nos incisos III, IX, X, XII, XV, XVII, XX e XXII, bem como no parágrafo anterior, serão disciplinados em lei, que os adaptará às peculiaridades de sua atividade.

§ 5o. - Os direitos sociais dos trabalhadores domésticos, assim como a sua integração à previdência social serão definidos em lei.

Justificativa:

Sem perder de vista a imprescindível proteção dos direitos dos trabalhadores e a necessidade de harmonizar as relações entre o capital e o trabalho, as modificações inseridas neste artigo procuram manter e criar condições dentro das quais as atividades produtivas se desenvolvam com eficiência, flexibilidade e dinamismo.

Parecer:

Pela rejeição, nos termos do parecer oferecido à Emenda n. 2P00153-0.

EMENDA:01931 APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

JOSÉ GUEDES (PMDB/RO)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o texto do inciso XV, do art. 7, do Projeto, pelo seguinte:

"Art. 7 -

.....

XV - remuneração do serviço extraordinário não inferior a cinquenta por cento da do trabalho normal;"

Justificativa

O Projeto adotou um princípio altamente inconveniente ao interesse dos trabalhadores, ao estabelecer um "quórum" fixo para a remuneração ordinária ou da negociação coletiva, que se venha a estabelecer critérios diferentes de remuneração desses serviços, como por exemplo, o da cascata, ou seja, remunerando-se as horas extras com percentuais cada vez maiores conforme seu número. Assim, o princípio a ser adotado é o da fixação do piso mínimo, conforme se propõe nesta emenda, e não o do percentual fixo como adotado no Projeto.

Parecer:

Pela aprovação, nos termos do parecer oferecido à Emenda no. 2p01312-1 .

EMENDA:01993 REJEITADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

GASTONE RIGHI (PTB/SP)

Texto:

EMENDA SUBSTITUTIVA

TÍTULO II, CAPÍTULO II.

Dispositivo Emenda: art. 7o.

Dê-se ao artigo 7o do Projeto de

Constituição a seguinte redação:

"art. 7o. - São direitos dos trabalhadores,
além de outros previstos nesta Constituição.

I - Estabilidade no emprego, após doze meses,
mediante a garantia, na despedida sem justa causa,
de indenização correspondente a um mês de salário,
por ano de serviço prestado ou fração, além do
Fundo de Garantia, e nos casos de força maior, na
forma da lei;

II - Seguro desemprego;

III - Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço;

IV - Salário mínimo nacionalmente unificado,
capaz de satisfazer as suas necessidades básicas e
às de sua família, com reajustes periódicos de
modo a preservar-lhe o poder aquisitivo, vedada a
sua vinculação para qualquer fim, exceto previdenciário;

V - Piso salarial conforme convenção ou
acordo coletivo;

VI - Irredutibilidade do salário, salvo o
disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII - Salário fixo, nunca inferior ao mínimo,
sem prejuízo da remuneração variável quando houver;

VIII - Décimo terceiro salário;

IX - Remuneração do trabalho noturno superior
à do diurno;

X - participação nos lucros, desvinculada da
remuneração e, excepcionalmente, na gestão da
empresa, conforme definido em lei;

XI - salário família para os dependentes;

XII - Duração do trabalho normal, não
superior a oito horas diárias, nem a quarenta e
quatro semanais;

XIII - jornada especial de trabalho para
turnos de revezamento, ininterruptos, conforme a
lei, convenção ou acordo coletivo;

XIV - Repouso semanal remunerado,
preferencialmente aos domingos;

XV - Serviço extraordinário com remuneração
mínima superior em 50% (cinquenta por cento), em
relação ao normal;

XVI - Gozo de férias anuais remuneradas em,
pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVII - Licença à gestante, com duração de 120

(cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e com remuneração integral, paga pela Previdência Social;
 XVIII - Aviso Prévio proporcional, no mínimo de 30 (trinta) dias;
 XIX - Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;
 XX - Adicional de remuneração para atividades insalubres, penosas ou perigosas, definidas em lei.
 XXI - Aposentadoria;
 XXII - Assistência gratuita aos filhos e dependentes até os seis anos de idade, em creche e pré-escola;
 XXIII - Reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;
 XXIV - Proteção ao empregado e à sua remuneração, quando atingidos pela automação;
 XXV - Seguro contra acidente de trabalho, a cargo do empregador;
 XXVI - Proibição de diferença de salários e de critério de admissão por motivo de sexo, cor, estado civil ou idade;
 XXVII - Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre profissionais respectivos;
 XXVIII - Igualdade de direitos concernentes à seguridade social entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
 § 1o. - A Lei protegerá o salário e definirá como crime a sua retenção dolosa.
 § 2o. - É proibido o trabalhador noturno, insalubre penoso ou perigoso aos menores de dezoito anos e qualquer trabalho aos menores de catorze anos, salvo na condição de aprendiz.
 § 3o. - A lei disporá sobre a intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, inclusive mediante locação.
 § 4o. - Os direitos sociais dos trabalhadores rurais, previstos nos incisos III, IX, X, XII, XV, XVII, XX, e XXII serão disciplinados em lei, que os adaptará às peculiaridades de sua atividade.
 § 5o. - Os direitos sociais dos trabalhadores domésticos, bem como sua integração à Previdência Social serão definidos em lei.

Justificativa:

Emenda sem justificativa.

Parecer:

Pela rejeição, nos termos do parecer oferecido à Emenda n. 2P00153-0.

EMENDA:02038 PARCIALMENTE APROVADA

Fase:

S - Emendas de Plenário - 2P

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

AFIF DOMINGOS (PL/SP)

Texto:

TÍTULO II
 DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

[...]

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 8º São direitos dos trabalhadores:

[...]

XV –serviço extraordinário com remuneração cinquenta por cento acima do normal ou conforme convenção ou acordo coletivo.

[...]

Assinaturas:

- | | | |
|---------------------------|---------------------------|----------------------------|
| 1. Afif Domingos | 51. Carrel Benevides | 100. Ottomar Pinto |
| 2. Rosa Prata | 52. Paulo Marques | 101. Vieira da Silva |
| 3. Mário Oliveira | 53. Joaquim Sucena | 102. Olavo Pires |
| 4. Sílvio Abreu | 54. Rita Furtado | 103. Arolde de Oliveira |
| 5. Luiz Leal | 55. Jairo Azi | 104. Rubem Medina |
| 6. Genésio Bernardino | 56. Fábio Raunheitti | 105. Francisco Sales |
| 7. Alfredo Campos | 57. Feres Nader | 106. Assis Canuto |
| 8. Virgílio Galassi | 58. Eduardo Moreira | 107. Chagas Neto |
| 9. Theodoro Mendes | 59. Manoel Ribeiro | 108. José Viana |
| 10. Amílcar Moreira | 60. Jesus Tajra | 109. Lael Varella |
| 11. Osvaldo Almeida | 61. José Lourenço | 110. Asdrubal Bentes |
| 12. Ronaldo Carvalho | 62. Luis Eduardo | 111. Jorge Arbage |
| 13. José Freire | 63. Eraldo Tinoco | 112. Jarbas Passarinho |
| 14. Tito Costa | 64. Benito Gama | 113. Gerson Peres |
| 15. Caio Pompeu | 65. Jorge Viana | 114. Carlos Vinagre |
| 16. Manoel Moreira | 66. Ângelo Magalhães | 115. Fernando Velasco |
| 17. Osmar Leitão | 67. Leur Lomanto | 116. Arnaldo Moraes |
| 18. Eliel Rodrigues | 68. Jonival Lucas | 117. Fausto Fernandes |
| 19. Rubem Branquinho | 69. Sérgio Britto | 118. Domingos Juvenil |
| 20. Max Rosenmann | 70. Waldeck Ornelas | 119. Telmo Kiest |
| 21. Amaral Netto | 71. Francisco Benjamim | 120. Darcy Pozza |
| 22. Antonio Salim Curiati | 72. Etevaldo Nogueira | 121. Arnaldo Prieto |
| 23. José Luiz de Maia | 73. João Alves | 122. Oswald Bender |
| 24. Carlos Virgílio | 74. Francisco Diógenes | 123. Adylson Motta |
| 25. Arnaldo Martins | 75. Antônio Carlos Mendes | 124. Hilário Braun |
| 26. Irapuan Costa Junior | Thame | 125. Paulo Hincarone |
| 27. Roberto Balestra | 76. Jairo Carneiro | 126. Adroaldo Streck |
| 28. Luiz Soyer | 77. Paulo Marques | 127. Victor Facionni |
| 29. Délio Braz | 78. Denisar Arneiro | 128. Luiz Roberto Ponte |
| 30. Naphtali Alves Souza | 79. Jorge Leite | 129. João de Deus Antunes |
| 31. Jalles Fontoura | 80. Aloísio Teixeira | 130. Enoc Vieira |
| 32. Paulo Roberto Cunha | 81. Roberto Augusto | 131. Joaquim Haickel |
| 33. Pedro Canedo | 82. Messias Soares | 132. Edson Lobão |
| 34. Lúcia Vânia | 83. Dalton Canabrava | 133. Victor Trovão |
| 35. Nion Albernaz | 84. Carlos Sant'Anna | 134. Onofre Corrêa |
| 36. Fernando Cunha | 85. Gilson Machado | 135. Alberico Filho |
| 37. Antônio de Jesus | 86. Nabor Júnior | 136. Costa Ferreira |
| 38. Francisco Carneiro | 87. Geraldo Fleming | 137. Eliezer Moreira |
| 39. Meira Filho | 88. Osvaldo Sobrinho | 138. José Teixeira |
| 40. Márcia Kubitschek | 89. Osvaldo Coelho | 139. Roberto Torres |
| 41. Milton Reis | 90. Hilário Braun | 140. Arnaldo Faria de Sá |
| 42. Nyder Barbosa | 91. Edivaldo Motta | 141. Solon Borges dos Reis |
| 43. Pedro Ceolin | 92. Paulo Zarzur | 142. Matheus Iensen |
| 44. José Lins | 93. Nilson Gibson | 143. Antônio Ueno |
| 45. Homero Santos | 94. Narciso Mendes | 144. Dionísio Del Prá |
| 46. Chico Humberto | 95. Marcos Lima | 145. Jacy Scanagatta |
| 47. Osmundo Rebouças | 96. Ubiratan Aguiar | 146. Basílio Villani |
| 48. José Dutra | 97. Carlos de Carli | 147. Oswaldo Trensan |
| 49. Sadie Hauauche | 98. Chagas Duarte | 148. Renato Johnsson |
| 50. Ezio Ferreira | 99. Marluce Pinto | 149. Ervin Bonkoski |

150. Jovani Masani	198. Gandi Jamil	245. Mário Bouchardet
151. Paulo Pimentel	199. Alexandre Costa	246. Melo Freire
152. José Carlos Martinez	200. Albérico Cordeiro	247. Leopoldo Bessone
153. Maria Lúcia	201. Iberê Ferreira	248. Aloísio Vasconcelos
154. Maluly Neto	202. José Santana de Vasconcelos	249. Fernando Gomes
155. Carlos Alberto	203. Christovam Chiaradia	250. Albano Franco
156. Gidel Dantas	204. Daso Coimbra	251. Francisco Coelho
157. Adauto Pereira	205. João Rezek	252. Wagner Lago
158. Annibal Barcellos	206. Roberto Jefferson	253. Mauro Borges
159. Geovani Borges	207. João Menezes	254. Antônio Carlos Franco
160. Antônio Ferreira	208. Vingt Rosado	255. Odacir Soares
161. Aécio de Borba	209. Cardoso Alves	256. Mauro Miranda
162. Bezerra de Mello	210. Paulo Roberto	257. Oscar Corrêa
163. Júlio Campos	211. Lorival Baptista	258. Maurício Campos
164. Ubiratan Spinelli	212. Cleonânio Fonseca	259. Inocência Oliveira
165. Jonas Pinheiro	213. Bonifácio de Almeida	260. Salatiel Carvalho
166. Lourenberg Nunes Rocha	214. Agripino Oliveira Lima	261. José Moura
167. Roberto Campos	215. Marcondes Gadelha	262. Marco Maciel
168. Cunha Bueno	216. Mello Reis	263. Ricardo Fiuza
169. José Elias	217. Arnold Fioravante	264. José Egreja
170. Rodrigo Palma	218. Álvaro Pacheco	265. Ricardo Izar
171. Levi Dias	219. Felipe Mendes	266. Jaime Paliarin
172. Rubem Figueiró	220. Alysson Paulinelli	267. Delfim Netto
173. Saldanha Derzi	221. Aloysio Chaves	268. Farabulini Júnior
174. Ivo Cerzózimo	222. Sotero Cunha	269. Fausto Rocha
175. Sérgio Weneck	223. Messias Gois	270. Luiz Marques
176. Raimundo Resende	224. Gastone Righi	271. Furtado Leite
177. José Geraldo	225. Dirce Tutu Quadros	272. Ismael Wanderley
178. Álvaro Antônio	226. José Elias Murad	273. Antônio Câmara
179. Djenal Gonçalves	227. Mozarildo Cavalcanti	274. Henrique Eduardo Alves
180. João Lobo	228. Flávio Rocha	275. Siqueira Campos
181. Victor Fontana	229. Gustavo de Faria	276. Aluizio Campos
182. Orlando Pacheco	230. Flávio Palmier de Veiga	277. Eunice Michiles
183. Orlando Bezerra	231. Gil Cézar	278. Samir Achôa
184. Ruberval Piloto	232. João da Mata	279. Maurício Nasser
185. Jorge Bounhausen	233. Dionísio Hage	280. Francisco Dornelles
186. Alexandre Puzyna	234. Leopoldo Peres	281. Stélio Dias
187. Artenir Werner	235. José Carlos Coutinho	282. Airtton Cordeiro
188. Cláudio Ávila	236. Enaldo Gonçalves	283. José Camargo
189. José Agripino	237. Raimundo Lira	284. Mattos Leão
190. Divaldo Suruagy	238. Sarney Filho	285. José Tinoco
191. José Mendonça Bezerra	239. João Machado Rollemberg	286. João Castelo
192. Vinícius Cansanção	240. Érico Pegoraro	287. Guilherme Palmeira
193. Ronaro Corrêa	241. Miraldo Gomes	288. Felipe Cheidde
194. Paes Landim	242. Expedito Machado	289. Milton Barbosa
195. Alécio Dias	243. Manuel Vieira	290. João de Deus
196. Mussa Demes	244. César Cals Neto	291. Eraldo Trindade
197. Jessé Freire		

Justificativa:

Preservando até onde possível o texto da Comissão de Sistematização, esta emenda substitutiva integral ao Título II do Projeto de Constituição objetiva aprimorá-lo, escolmando-o de alguns excessos indesejáveis, normas pragmáticas utópicas, e detalhamentos desnecessários ou que melhor figurariam em leis hierarquicamente inferiores.

Ressalte-se, além disso, que as modificações procedidas no capítulo pertinente aos Direitos Sociais, sem perder de vista a necessidade de harmonizar as relações entre o capital e o trabalho, procura adaptar a imprescindível proteção dos direitos do trabalhador à manutenção de condições, dentro das quais possam desenvolver-se com eficiência, flexibilidade e dinamismo as atividades produtivas.

Nesta matéria, estimula-se a negociação coletiva, como fator importante para aperfeiçoar continuamente as relações trabalhistas, e moldá-las à realidade econômica e tecnológica, em constante mutação.

No tocante a polêmica questão envolvendo uma proteção maior ao contrato de trabalho, prefere esta proposta desestimular as demissões imotivadas, mediante uma garantia de cunho econômico. A estabilidade rígida no emprego não interessa a trabalhadores ou a empregadores, e muito menos ao País, onde se pretende prevaleçam uma economia de mercado e a liberdade de iniciativa.

Somada a preservação do fundo de garantia por tempo de serviço e à criação de um seguro-desemprego efetivo, mas compatível com a realidade econômica brasileira, aquela garantia econômica desestimuladora da excessiva rotatividade de mão-de-obra e protetora da relação empregatícia servirá melhor a todos.

Destaca-se, também, a necessidade de preencher as características diversas e as peculiaridades, não apenas do trabalho doméstico, mas também do trabalho rural.

A aplicação pura e simples de regras idênticas a trabalhadores urbanos e rurais é indesejável, inclusive tecnicamente, para consecução do ideal de justiça. Não será, pois, com a simples equiparação de situações não equiparáveis, que se aperfeiçoará a proteção dos direitos do trabalhador rural.

Relativamente à questão da greve, é ela reconhecida como um direito do trabalhador, devidamente regulamentado pela lei no interesse da coletividade, considerada como um todo, e, não, como poder, cujo exercício restaria única e exclusivamente, ao critério dos próprios trabalhadores, como pretende o Projeto de Constituição.

Parecer:

Acolho, na forma regimental, e em atenção ao elevado número de ilustres signatários. E antecipo que votarei pela aprovação, com ressalva das eventuais destaques pedidos.

Pela aprovação parcial.

CAPÍTULO I

PELA APROVAÇÃO: Art. 6º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 26, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 59 e 60.

PELA REJEIÇÃO: Art. 6º, §§ 13, 17, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 32, 33, 34, 39, 45, 50, 51, 52 e seus incisos, 53 e 55.

CAPÍTULO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 7º; Art. 8º, incisos II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, XI, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII: §§ 1º, 2º, 3º, 4º; Art. 9º e seu Parágrafo único: Art. 10, "caput", §§ 1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º; Parágrafo único do Art. 11.

PELA REJEIÇÃO: Incisos I, V, X, XIV e XXIX do Art. 8º; § 5º do art. 8º; §§ 3º e 4º do Art. 10, "caput" do Art. 11; Art. 12.

CAPÍTULO III:

PELA APROVAÇÃO: Art. 13 ("caput"), inciso I, alíneas "a", "b", "c": inciso II ("caput") e alínea "a"; §§ 1º, 2º, 3º, 4º (e incisos I e II); Art. 14.

PELA REJEIÇÃO: Alínea "b", inciso II, do Art. 13; inciso III do § 4º, do Art. 13.

CAPÍTULO IV:

PELA APROVAÇÃO: Art. 15 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, e seus incisos I a IV, §§ 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 11; Art. 16 ("caput"), incisos I, II, III.

PELA REJEIÇÃO: § 9º, do Art. 15; Art. 17.

CAPÍTULO V:

PELA APROVAÇÃO: Art. 18 ("caput"), incisos I a IV, §§ 1º, 3º, 4º.

PELA REJEIÇÃO: § 2º do Art. 18.

FASE U

EMENDA:00796 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

LUIZ SOYER (PMDB/GO)

Texto:

Suprimir do Art. 7º., inciso XVI, as expressões "no mínimo" e "em cinquenta por cento".

Justificativa:

A remuneração de hora extra tem sido, por mais de 30 anos, objeto de Convenção Coletiva de Trabalho, chegando algumas a cem por cento do valor real. Entretanto, isto se dá na medida da possibilidade de cada setor da produção absorver esta carga. É lógico que deva superar o valor da hora extra, porém, não se deve fixa-la, nem como balizamento mínimo na constituição. É matéria mutável, podendo em algumas condições e em determinado tempo, por razões sociais, vir a ser proibida em disposição ordinária.

Parecer:

O objetivo do autor da Emenda é evitar a remuneração das horas extraordinárias de trabalho em valor superior, no mínimo, a 50% ao da hora normal.

Pelo que pudemos depreender das discussões travadas na Assembleia Nacional Constituinte, sobre a questão, parece haver o predomínio da ideia, segundo a qual, a remuneração extraordinária, nos termos propostos no Projeto, além de fazer justiça a quem trabalha fora do horário normal, deverá atuar como fator de inibição à adoção de tais expedientes, considerados extremamente nocivos aos empregados, e abrir novos turnos normais de trabalho, promovendo, com isso, maior aproveitamento da mão-de-obra existente no País.

Pela rejeição.

EMENDA:00878 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ROBERTO BALESTRA (PDC/GO)

Texto:

Suprima-se no inciso XVI, do artigo 7o., do Projeto de Constituição B (redação para o segundo turno), a seguinte expressão:

"VXI ... no mínimo ..."

Justificativa:

A expressão "no mínimo" é desnecessária, já que o dispositivo não fixa teto máximo.

Parecer:

Pela rejeição, com base no parecer à Emenda 796-5.

EMENDA:00901 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ZIZA VALADARES (PSDB/MG)

Texto:

Suprima-se do Inciso XVI, do art. 7o. o seguinte texto: "... NO MÍNIMO SUPERIOR EM CINQUENTA POR CENTO..."

Texto resultante da emenda proposta:

SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO COM REMUNERAÇÃO SUPERIOR À DO NORMAL.

Justificativa:

O texto aprovado estabelece uma remuneração mínima de 50% para o serviço extraordinário.

A garantia constitucional por excelência deve ser a de que o serviço extraordinário deve ter remuneração maior que a do normal.

O "quantum" desse adicional, porém, pode oscilar para mais ou menos de acordo com o momento da economia do País, com a política salarial, com a conveniência dos sindicatos de trabalhadores.

Parecer:

Pela rejeição, com base no parecer à Emenda 796-5.

EMENDA:01282 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

ÁLVARO PACHECO (PFL/PI)

Texto:

Suprima-se, no Art. 7o., XVI, a expressão "no mínimo em cinquenta por cento".

Justificativa:

Contraria o interesse nacional, por onerar demasiadamente os custos de produção.

Parecer:

Pela rejeição, com base no parecer à Emenda 796-5.

EMENDA:01713 REJEITADA

Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

Autor:

OTTOMAR PINTO (PMDB/RR)

Texto:

Suprima-se do Art. 7o., inciso XVI, do

Projeto de Constituição (B), a expressão "no mínimo". Em consequência, o referido inciso passará a ter a seguinte redação:
"XVI - remuneração do serviço extraordinário superior em cinquenta por cento à do normal".

Justificativa:

O objetivo da norma é o de fixar o valor da remuneração do serviço extraordinário e este, da mesma forma, será atingido com o texto resultante da presente emenda.

A supressão da proposta tem por escopo evitar que a Justiça do Trabalho, investida dos amplos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 120, § 2º, passe a fixar valores superiores aos cinquenta por cento, entendendo tratar-se de piso.

Na verdade, a matéria deveria ser considerada estranha a um texto constitucional e tratada mais adequadamente pela legislação ordinária ou, melhor ainda, nos instrumentos decorrentes da negociação coletiva de trabalho, o que não impossibilita, portanto, que as partes fixem valores superiores aos cinquenta por cento a mais para o serviço extraordinário em relação ao serviço normal.

Parecer:

Pela rejeição, com base no parecer à Emenda 796-5.

Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 7º, XVI da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.